



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



**PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
ENSINO DE HUMANIDADES E LINGUAGENS**

Brasília – DF

2018

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB

Wilson Conciani

Reitor

Luciana Miyoko Massukado

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Simone Cardoso dos Santos Penteado

Pró-Reitora de Administração

Maria Cristina Madeira da Silva

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Adilson César de Araújo

Pró-Reitor de Ensino

Cristiane Batista Salgado

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Cláudio Nei Nascimento da Silva

Diretor de Desenvolvimento de Ensino

Mara Lúcia Castilho

Coordenação Geral de Ensino

Campus Riacho Fundo

Sérgio Barbosa Gomes

Diretor-Geral Campus Riacho Fundo

Rejane Maria de Araújo Vago

Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão

Francismara de Alves de Oliveria Lima

Diretora de Administração e Planejamento

Alex Harlen dos Santos

Coordenador- Geral de Ensino

Ana Luíza de França Sá

Coordenadora Pedagógica

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM ENSINO DE
HUMANIDADES E LINGUAGENS

Comissão instituída pela Portaria n.º 2502 de 15 de setembro de 2016

Prof. Dr. Thiago de Faria e Silva (Presidente)

Prof. Msc. Edson de Souza Cunha

Prof. Dr. Gervasio Barbosa Soares Neto

Prof.^a Dr.^a Isabella Santos Mundim

Prof.^a Dr.^a Tatiana de Macedo S. Rotolo

Prof. Msc. Rafael Rodrigues de Macedo

DADOS DA UNIDADE	
CNPJ	10.791.831/0009-30
Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Nome Fantasia	Instituto Federal de Brasília – IFB
Unidade	<i>Campus Riacho Fundo</i>
Esfera Administrativa	Federal
Endereço da Unidade	Fazenda Sucupira, Av. Cedro, AE 15 QS 16
Cidade / UF / CEP	Riacho Fundo I / DF / 71.828 – 006
Telefone / Fax	(61) 2103-2345
E-mail de contato da unidade	dg.crfi@ifb.edu.br
Endereço institucional	http://www.ifb.edu.br/riachofundo

DADOS DO CURSO	
Denominação	Curso de Especialização em Ensino de Humanidades e Linguagens
Área de conhecimento	Ciências Humanas
Nível	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>
Modalidade	Presencial
Habilitação	Especialização em Ensino de Humanidades e Linguagens
Titulação	Especialista
Carga Horária Total	405h
Carga Horária – Disciplinas Teóricas	373h
Carga Horária da Monografia de Conclusão de Curso	32h
Período de Integralização	Mínimo de três e máximo de seis semestres
Forma de Acesso	Processo Seletivo
Número de Vagas	40
Turno: Noturno	Noturno
Periodicidade Letiva	Semestral, com entrada anual.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	7
2. JUSTIFICATIVA	8
3. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	14
4. OBJETIVOS	20
5. PÚBLICO-ALVO	22
6. PERFIL DO EGRESSO	22
7. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA	22
8. COORDENAÇÃO DO CURSO	25
9. CARGA HORÁRIA DO CURSO, PERÍODO E TURNO PREVISTOS	27
10. FUNCIONAMENTO DO CURSO	27
11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	31
12. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	32
13. CORPO DOCENTE	47
14. METODOLOGIA	49
15. INTERDISCIPLINARIDADE E ATIVIDADES INTEGRADORAS	49
16. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	50
17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	50
18. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E CONTROLE DE FREQUÊNCIA	51
19. INFRA-ESTRUTURA DO CURSO	52
20. MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO	56
21. CERTIFICAÇÃO DO CURSO	60
22. INDICADORES DE DESEMPENHO	61
23. RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO	62
24. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CURSO	62
25. BIBLIOGRAFIA	63
26. ANEXOS	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Porcentagem dos professores com pós-graduação (Distrito Federal) – 2007-2014

Tabela 2 – Oferta de cursos do *Campus Riacho Fundo* em 2018

Tabela 3 – Áreas de Concentração das disciplinas do Curso

Tabela 4 – Grade de disciplinas do curso

Tabela 5 - Corpo Docente do Curso (2017)

Tabela 6 – Instalações e Equipamentos do *Campus Riacho Fundo*

Tabela 7 – Números do acervo da biblioteca do *Campus Riacho Fundo*

1. APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Brasília (IFB) – *Campus Riacho Fundo*, ao apresentar o presente Projeto Pedagógico do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ensino de Humanidades e Linguagens, fortalece o seu papel social como uma instituição pública dedicada a oferecer uma educação gratuita e de qualidade.

A proposição do curso configura uma preocupação especial com o enfrentamento dos desafios impostos à formação continuada de professores no Brasil e no Distrito Federal. Nesse sentido, este projeto pedagógico pretende contribuir com as metas atinentes à formação de professores inscritas no Plano Nacional de Educação (2014-2024) e no Plano Distrital de Educação (2015-2024).

O presente projeto nasceu a partir de estudos e debates dedicados à formação de professores no contexto do Ensino de Humanidades e Linguagens. É fruto, ainda, das experiências de ensino do *Campus Riacho Fundo*, em seus colegiados de Licenciatura em Letras (Inglês) e Ensino Médio Integrado. Além das experiências profissionais, uma vasta gama de documentos legais, metas institucionais e pesquisas diagnósticas foram consultadas para a construção desta proposta. Houve, ainda, um diálogo muito positivo com a EAPE (Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação) da Secretaria de Educação do GDF, abrindo caminho para futuras parcerias.

A comissão, ao concluir o presente projeto, acredita ter criado as bases legais, teóricas e pedagógicas para contribuir com os objetivos delineados na Resolução n.º 12 de 2013 do Conselho Superior do IFB, sintetizados pelo compromisso de “atender às demandas de conhecimento científico e tecnológico, em consonância com a realidade regional e nacional”, bem como, conforme descrito no Artigo 6º desta Resolução: “I – Promover formação humanística, técnica, tecnológica e científica; II – Promover formação técnico-científica especializada para o exercício das atividades profissionais e/ou docência”.

Dessa forma, o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ensino de Humanidades e Linguagens, após longas análises e debates, mostrou-se uma importante contribuição do IFB, *Campus Riacho Fundo* para a formação continuada de professores nas áreas de Ensino de Humanidades e Linguagens.

2. JUSTIFICATIVA

O Plano Nacional de Educação (2014-2024), em sua meta 16 (Formação continuada e pós-graduação de professores), indica a necessidade de, até 2024, “formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os (as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino”¹.

A *Sinopse Estatística da Educação Básica* (2015)² e o *Observatório do Plano Nacional de Educação* (PNE)³ fornecem indicadores importantes para a avaliação da meta 16. Em escala nacional, no ano de 2014, 31,4% dos professores da Educação Básica possuíam pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado). Em 2015, em números absolutos, do total de 2.187.154 de professores da Educação Básica, 681.959 possuíam especialização, 43.211 possuíam mestrado e 6.826 haviam concluído o doutorado. Em relação à meta 16, assim como nas demais metas do PNE, ainda há um longo caminho a percorrer rumo a sua efetiva concretização.

Tabela 1: Porcentagem dos professores com pós-graduação (Distrito Federal) – 2007-2014

Ano	Total do indicador
2007	13,7% 3.253
2008	27,9% 7.702
2009	28,2% 7.719
2010	30,5% 8.713
2011	34,8% 10.029
2012	38,6% 11.155
2013	39,8% 11.931
2014	40,5% 12.593

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

¹ “Meta 16”. Observatório do Plano Nacional de Educação (PNE). <http://www.observatoriodopne.org.br>. Acesso em: 10/10/2016.

² INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Sinopse Estatística da Educação Básica* (2015). BRASÍLIA, Inep, 2016. Acesso em: 10/10/2016.

³ Observatório do Plano Nacional de Educação (PNE). <http://www.observatoriodopne.org.br>. Acesso em: 10/10/2016.

Em relação ao Distrito Federal, há um avanço em comparação com a situação nacional. Todavia, a efetivação da meta 16 é um desafio a ser enfrentado também em escala regional. Entre os anos de 2007 e 2014, a porcentagem de professores com pós-graduação no Distrito Federal cresceu de 13,7% (3.253) em 2007 para 40,5% (12.593) em 2014.⁴ Apesar do crescimento acelerado no período indicado na Tabela 1, verifica-se uma queda na taxa de crescimento a partir de 2012. Nessa perspectiva, o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ensino de Humanidades e Linguagens pretende contribuir para a ampliação da oferta de vagas de cursos de pós-graduação no Distrito Federal, fortalecendo a formação continuada de professores, no âmbito nacional e local, ao ofertar um curso de especialização gratuito e de qualidade.

A responsabilidade da Educação Profissional e Tecnológica em ofertar cursos de pós-graduação está fixada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Art. 39) e na Lei n.º 11.892 de 2008 (Art. 7º, inciso VI, alínea d), ao estabelecer, entre os objetivos dos Institutos Federais, “ministrar em nível de educação superior cursos de pós-graduação *Lato Sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diversas áreas do conhecimento”.

O Instituto Federal de Brasília (IFB), em conformidade com os parâmetros legais e amparado no seu papel como instituição pública educacional atuante no Distrito Federal, já possui, em andamento, um curso de Pós-Graduação em Gestão Pública, no *Campus* Brasília e um curso de mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica a ser iniciado no segundo semestre de 2018. Dessa forma, o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ensino de Humanidades e Linguagens amplia o horizonte de atuação do IFB na pós-graduação, ao se voltar para a formação continuada dos professores da Educação Básica, contribuindo para a meta 16 do PNE e reforçando o objetivo de “atender às demandas de conhecimento científico e tecnológico, em consonância com a realidade regional e nacional”, como indica o Art. 6º (inciso III) da Resolução n.º 12 de 2013 do Conselho Superior do IFB.

⁴ “Meta 16 no Distrito Federal”. Observatório do Plano Nacional de Educação (PNE). <http://www.observatoriodopne.org.br>. Acesso em: 10/10/2016.

A proposição de um curso de pós-graduação na área de Ensino de Humanidades e Linguagens advém do interesse e da qualificação do corpo docente⁵ do *Campus Riacho Fundo*, atuante no curso de graduação em Letras/Inglês e nos cursos técnicos em Cozinha e em Hospedagem integrados ao Ensino Médio.

Além do interesse e da capacitação do corpo docente, observa-se, ao longo das últimas duas décadas, uma crescente importância da discussão sobre as Linguagens e as Humanidades ou as Ciências Humanas nos documentos curriculares oficiais e nas pesquisas acadêmicas. Caminha-se, cada vez mais, em direção a uma perspectiva interdisciplinar e transversal de abordagem das Linguagens e das Humanidades.

Um passo importante desse processo foi dado pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs), ao identificarem temas transversais capazes de contribuir para a superação do isolamento entre as disciplinas:

Para estar em consonância com as demandas atuais da sociedade, é necessário que a escola trate de questões que interferem na vida dos alunos e com as quais se veem confrontados no seu dia a dia. As temáticas sociais vêm sendo discutidas e frequentemente são incorporadas aos currículos das áreas, especialmente nos de História, Geografia e Ciências Naturais, ou chegam mesmo, em alguns casos, a constituir novas áreas. Mais recentemente, algumas propostas sugerem o tratamento transversal de temáticas sociais na escola, como forma de contemplá-las na sua complexidade, sem restringi-las à abordagem de uma única área.⁶

Ao identificar inúmeros temas transversais – Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual e Trabalho e Consumo -, o documento forneceu bases importantes para a formulação de um processo de ensino-aprendizagem capaz de se aproximar da vida prática do aluno.⁷ Nesse mesmo sentido, os *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio* (PCNEM), definiram:

Chamamos a atenção para o fato de que, neste documento, ao desenvolvermos textos específicos voltados para os conhecimentos de História, Geografia, Sociologia e Filosofia, habitualmente formalizados em disciplinas escolares, incluímos diversas alusões – explícitas ou não – a outros conhecimentos das Ciências Humanas que consideramos fundamentais para o Ensino Médio. Trata-se de referências a conhecimentos de Antropologia, Política, Direito, Economia e Psicologia. Tais indicações não visam a propor à escola que explicita denominação e carga horária para

⁵ Na área de Ciências Humanas do Colegiado do Ensino Médio Integrado, 5 professores são doutores (Filosofia, Geografia e História) e os demais professores são mestres (Sociologia e Geografia). No Colegiado do curso de Letras, todos os professores são mestres ou doutores.

⁶ Secretaria de Educação Fundamental (MEC). **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, Secretaria de Educação Fundamental (MEC/SEF), 1998, p. 65.

⁷ O conceito de “vida prática” tem sido destacado, entre outros autores, por RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**: teoria da história, fundamentos da ciência histórica. Brasília, Ed. UnB, 2010. SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; REZENDE, Estevão. **Jorn Rusen e o ensino de História**. Curitiba, Ed. UFPR, 2011.

esses conteúdos na forma de disciplinas. O objetivo foi afirmar que conhecimentos dessas cinco disciplinas são indispensáveis à formação básica do cidadão, seja no que diz respeito aos principais conceitos e métodos com que operam, seja no que diz respeito a situações concretas do cotidiano social, tais como o pagamento de impostos ou o reconhecimento dos direitos expressos em disposições legais. Na perspectiva do exercício da cidadania, importa em muito o desenvolvimento das competências envolvidas na leitura e decodificação do “economês” e do “legalês”. Futuramente, a critério da escola, e obedecendo a suas disponibilidades específicas, poderão até ter organização explícita e própria, mas a sugestão aqui feita é no sentido de que esses conhecimentos apareçam em atividades, projetos, programas de estudo ou no corpo de disciplinas já existentes. Tanto a História quanto a Sociologia, por exemplo, englobam conhecimentos de Antropologia, Política, Direito e Economia. O mesmo acontece com a Geografia em relação à Economia e ainda com a Filosofia, que pode conter elementos de Psicologia, Política e Direito.

Em um momento histórico marcado por profundas e abruptas propostas de alteração do Ensino Médio, é importante reforçar conquistas importantes de nossos documentos curriculares. O trecho citado indica uma importante dimensão da transversalidade, com a qual nos vinculamos, mais preocupada em se materializar no trabalho cotidiano dos professores e dos alunos, em suas atividades concretas de ensino-aprendizagem. Assim, definir as Humanidades e as Linguagens como campo de reflexão e pesquisa não significa diluir as disciplinas pertencentes a esse rico espaço de diálogo, mas, sobretudo, criar uma oportunidade de reflexão e diálogo contínuo, preocupado em tanto avaliar as experiências concretas de ensino-aprendizagem nesse campo quanto ensejar possibilidades, ainda não aventadas, de reflexão, como afirma o *PCN+*:

As transformações de caráter econômico, social ou cultural, no Brasil e no mundo, que levaram à modificação dessa escola, não tornaram o conhecimento humano menos disciplinar em nenhuma das três áreas em que se decidiu organizar o novo ensino médio, ou seja, na de Ciências da Natureza e da Matemática, na de Ciências Humanas e na de Linguagens e Códigos. Essas áreas, portanto, organizam e articulam as disciplinas, mas não as diluem nem as eliminam. No entanto, a intenção de completar uma formação geral nessa escola implica uma ação articulada, no interior de cada área e no conjunto das áreas, que não é compatível com um trabalho solitário, definido independentemente no interior de cada disciplina, como acontecia no antigo ensino de segundo grau, para o qual haveria outra etapa formativa que articularia os saberes e, eventualmente, lhes daria sentido. Não havendo necessariamente essa outra etapa, a articulação e o sentido devem ser garantidos já no ensino médio.⁸

Nesse sentido, este projeto pedagógico se justifica como proposição de um importante espaço de ensino e pesquisa, voltado à reflexão e a proposição de experiências interdisciplinares e transversais de ensino-aprendizagem em

⁸ Secretaria de Educação Fundamental (MEC). **PCN+**: Orientações Educacionais Complementares aos PCNs – Ciências Humanas e Suas Tecnologias. Brasília, MEC, 2002, p. 9.

Humanidades e Linguagens. Outra importante faceta do percurso histórico recente do Ensino de Humanidades, com importantes repercussões também sobre as Linguagens, deve-se à inclusão da obrigatoriedade do estudo da História e da Cultura Afro-Brasileira⁹ e Indígena.¹⁰ Apesar do estudo ser obrigatório no âmbito de todo o currículo escolar (Art. 26-A, § 2º), as Ciências Humanas e as Linguagens têm dedicado particular atenção ao desenvolvimento de sequências didáticas, materiais didáticos diversificados (filmes, teatro, entre outros) e experiências de ensino-aprendizagem voltadas não somente ao cumprimento cego do instrumento legal, mas, sobretudo, ao desenvolvimento de um espaço de criação didática e de reflexão há muito relegado ao segundo plano, estudado segundo a ótica eurocêntrica do quadripartismo histórico¹¹ ou mesmo elidido na cultura escolar brasileira. Com o intuito de contribuir para a superação dessa lacuna com a História e a Cultura Afro-Brasileira e Indígena, o curso proposto se justifica também como um espaço importante para a pesquisa e reflexão das experiências em curso na Educação Básica, além de fomentar, ainda, a pesquisa e a proposição, pelos professores-pesquisadores, de novas possibilidades nesse campo.

Outras inclusões curriculares merecem destaque e justificam uma especial atenção em um curso de especialização em Ensino de Humanidades e Linguagens voltado à formação continuada de professores. Trata-se da apropriação de linguagens audiovisuais como instrumento didático e a inclusão de questões relativas aos direitos humanos. Por exemplo, a “exibição de filmes de produção nacional”¹² e “da inclusão de conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente”¹³ como temas transversais. O cinema nacional e os

⁹ Lei n.º 10.639 de 9 de janeiro de 2003: “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências”.

¹⁰ Lei n.º 11.645 de 10 de março de 2008: “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena’”.

¹¹ CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado?** Sobre a história e os historiadores. São Paulo, Ática, 1995.

¹² Lei nº 13.006, de 2014: Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 8º: “Art. 26. § 8º A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais”.

¹³ Lei nº 13.010, de 2014: o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar acrescido do seguinte § 9º: “Art. 26. § 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o caput deste artigo, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado.”

direitos humanos, entre outros temas atuais, serão tratados no curso como desafios importantes de pesquisa e reflexão, constituindo-se assim caminhos para a prática da transversalidade nas Humanidades e Linguagens, sendo abordado no conjunto das disciplinas propostas.

Por fim, a atual discussão sobre *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC)¹⁴, ainda em curso, corrobora a importância da constituição de espaços de pesquisa e reflexão sobre as Ciências Humanas e Linguagens em uma perspectiva transversal e interdisciplinar, importante para a formação do aluno como cidadão consciente de sua inserção social no mundo social:

Na Educação Básica, as Ciências Humanas estão presentes desde os anos iniciais, por meio da História e da Geografia. No Ensino Médio, a esses dois componentes são acrescidas a Filosofia e a Sociologia. Apesar de sua diversidade, quando convertidas em conhecimento escolar, as Ciências Humanas devem ser concebidas como um conjunto de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que se complementam para contribuir com a formação de estudantes dotados de saberes fundamentais para a vida em sociedade e para a plena realização individual. Nesse sentido, as Ciências Humanas cumprem importante papel na garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento que fundamentam a Base Nacional Comum Curricular. Em sintonia com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, e atendendo aos princípios éticos, políticos e estéticos que fundamentam a BNCC, as Ciências Humanas devem propiciar um programa ético fundamental para a formação das novas gerações, contribuindo para conferir aos estudantes um sentido de responsabilidade com a valorização dos direitos humanos, com o meio ambiente, com a sua própria coletividade, e de preocupação com as desigualdades sociais. Cabe ainda às Ciências Humanas cultivar a formação de estudantes capacitados a articular categorias de pensamento histórico, geográfico, filosófico e sociológico, intelectualmente autônomos em face de seu próprio tempo, e capacitados a perceber e refletir sobre as experiências humanas, em tempos, espaços e culturas distintos e sob diversas lógicas de pensamento.¹⁵

A partir dessas considerações, o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ensino de Humanidades e Linguagens deseja construir, no IFB (*Campus Riacho Fundo*), um espaço dedicado tanto à formação continuada de professores da rede pública do Distrito Federal quanto à pesquisa e a proposição de experiências didáticas

¹⁴ Este PPC foi escrito durante o processo de discussão acerca da BNCC. Após o lançamento da versão preliminar da BNCC em setembro de 2015, uma intensa e polêmica discussão foi realizada até o lançamento da segunda versão em maio de 2016. A seguir algumas das diferentes posições e polêmicas sobre o currículo de História: ANPUH (Brasil). **Manifestação Pública da ANPUH sobre a BNCC**. Site da ANPUH, 10 de março de 2016. A ANPUH criou uma seção com os textos produzidos por inúmeras instituições de ensino e pesquisa e História, entre elas, o Departamento de História da USP e o Departamento de História do Colégio Pedro II. <http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/3359-base-comum-curricular-textos-produzidos> Acesso: 20/6/2016.

¹⁵ BRASIL (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). **Segunda versão preliminar da Base Nacional Comum Curricular** (BNCC). Brasília, 2016, p. 153.

relacionadas ao estudo das Humanidades e das Linguagens em uma perspectiva interdisciplinar e transversal.

3. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), a despeito de ter sido estabelecido pela Lei n.º 11.892 de dezembro de 2008, teve sua origem na criação, pelo Governo Federal, da Escola Agrotécnica Federal de Brasília, instalada na zona rural de Planaltina. Inaugurada em 21 de abril de 1962 e subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura. A Escola Agrotécnica tinha, anteriormente, como objetivo principal ofertar aos estudantes daquela região o Ginásio e o Colegial Agrícola.

No ano de 1978, o então Colégio Agrícola de Brasília foi transferido à responsabilidade do Governo do Distrito Federal (GDF), passando a integrar a Rede de Ensino do Distrito Federal. A partir da Portaria nº 129, de 18 de julho de 2000, o Colégio Agrícola de Brasília recebeu como missão a qualificação profissional na modalidade formação inicial e continuada de trabalhadores e de cursos técnicos de nível médio voltados às áreas de agroindústria e de agropecuária, sendo então denominado Centro de Educação Profissional – Colégio Agrícola de Brasília (CEP-CAB).

Posteriormente, em 2007, com a Lei nº 11.534, o CEP-CAB voltou a integrar a Rede Federal de Ensino, sendo conhecido como Escola Técnica de Brasília. Em dezembro de 2008, a Rede Federal de Ensino Técnico e Tecnológico foi reestruturada e as Escolas Técnicas e grande parte dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) foram transformados em Institutos Federais. A partir de então, iniciou-se uma reestruturação e o processo de ampliação da rede local, com a implantação de outros *campi* nas demais Regiões Administrativas de Brasília.

No intuito de que a Educação Profissional e Tecnológica adquira maior capilaridade no Distrito Federal, observou-se a necessidade de expansão do Instituto para outras Regiões Administrativas, sendo escolhidas aquelas que apresentavam significativo contingente populacional, baixo índice de desenvolvimento socioeconômico e que proporcionassem uma distribuição geográfica do Instituto no Distrito Federal com um alcance abrangente.

Em 1990, por iniciativa do Governo do Distrito Federal, foi instituído o programa de assentamento habitacional, para erradicar invasões. Como parte desse programa, a granja Riacho Fundo foi loteada, transferindo-se para lá as famílias cadastradas na antiga SHIS (Sociedade de Habitação de Interesse Social, atual SEDHAB), os moradores da invasão do Bairro Telebrasília e de outras localidades.

A Região Administrativa do Riacho Fundo é muito recente. Apesar de criada somente em 15/12/1993, pela Lei distrital n.º 620, a história de ocupação da região é longa, marcada por diferentes momentos históricos, entrelaçados aos diversos interesses sociais, políticos e econômicos dos diferentes grupos sociais estabelecidos na região desde o século XVIII. A recente trajetória como Região Administrativa representa apenas uma parte do longo processo histórico de ocupação do Riacho Fundo. A ocupação do Riacho Fundo pode ser dividida em cinco períodos históricos principais: 1) Conjunto de propriedades rurais do interior da antiga Província de Goyaz e, mais recentemente, do Estado de Goiás (século XVIII até 1956); 2) Instalação dos imigrantes japoneses (1956-58); 3) Presença do Núcleo Pioneiro (1957-1960); 4) Transição entre a vocação agrícola e o processo de urbanização (1958-1990); 5) De assentamento à Região Administrativa (1990-atual).¹⁶

Hoje, a área urbana da Região Administrativa do Riacho Fundo está dividida nas Quadras Sul (QS), Quadras Norte (QN), Área Central (AC) e Setor de Oficina e Pequenas Indústrias (QOF).

A partir da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (GDF, 2013), foram gerados dados importantes para se delinear o contexto socioeconômico atual da RA. Alguns apontamentos sobre a distribuição etária da população, educação, trabalho, moradia, infraestrutura, saneamento e renda são apresentados a seguir.

A população urbana estimada do Riacho Fundo é de 37.278 habitantes, enquanto que no ano de 2011 era de 35.268. A taxa média geométrica de crescimento anual de Riacho Fundo, entre as duas PDAD's 2011-2013, foi de 2,81% ao ano. A maior parte da população é constituída por mulheres, 54,47%.

¹⁶ COSTA, Graciete Guerra da. **As Regiões Administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011**. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UnB), 2011, p. 211. Outros trabalhos sobre a história de Brasília também foram consultados: COSTA, Cléria Botelho da. **Brasília: amor à cidade e cidadania**. X Encontro Nacional de História Oral. UFPE, Recife, 2010. CEBALLOS, Viviane Gomes de. **“E a história se fez cidade...”**: a construção histórica e historiográfica de Brasília. Campinas, Unicamp, 2005.

Do total de habitantes da RA XVII, 20,07% têm até 14 anos de idade. No grupo de 15 a 59 anos, que concentra a força de trabalho, encontram-se 69,28% do total. A faixa etária de 60 anos ou mais é representada pelo total de 10,65% dos habitantes.

O número de domicílios urbanos estimados é de 11.146 e, considerando que a população urbana estimada era de 37.278 habitantes, a média de moradores por domicílio urbano é de 3,34 pessoas. Na região, 100,00% das construções são permanentes, sendo: 72,08% dos domicílios são casas; 24,55%, apartamentos e 3,37%, quitinetes/estúdios.

Quanto à forma de ocupação, 64,95% dos entrevistados declararam que seus domicílios são próprios, dos quais 14,05% estão localizados em terrenos não legalizados e em assentamentos. Os domicílios alugados representam 31,09%.

Da população total do Riacho Fundo, destaca-se o elevado percentual daqueles que não estudam, 68,56%. E entre os que estudam (31,43%), 18,29% frequentam a escola pública. Quanto ao nível de escolaridade, 1,66% declaram-se analfabetos. Esse percentual passa para 2,79% quando somado aos que somente sabem ler e escrever e os que fizeram ou fazem curso de alfabetização de adultos. A maior participação concentra-se na categoria dos que têm o nível médio completo (27,65%), seguido pelos que têm o ensino fundamental incompleto (25,34%). Os que concluíram o curso superior, incluindo especialização, mestrado e doutorado somam 13,61%.

No Riacho Fundo, as atividades extracurriculares – que desenvolvem a socialização, aumentam a autoestima e enriquecem a vida acadêmica e profissional das pessoas – são pouco observadas, pois 97,22% da população declarou não frequentar nenhum tipo de atividade extracurricular.

Do total de estudantes do Riacho Fundo, 56,69% estudam na própria região, 17,70% em Taguatinga, 13,94% em Brasília e 5,84% no Núcleo Bandeirante. As demais regiões foram pouco representativas na pesquisa.

No tocante à ocupação dos moradores do Riacho Fundo, observa-se que, entre os acima de 10 anos, 53,63% têm atividades remuneradas, enquanto 10,26% estão aposentados. Os desempregados somavam 4,48% desta população.

No que diz respeito à ocupação remunerada, o Setor Terciário envolve 94,82%, sendo 26,01% no Comércio, 23,36% nos Serviços Gerais, e 21,34% na Administração Pública. A Construção Civil responde por apenas 4,04%.

Do contingente de trabalhadores, a maioria é constituída por empregados com 53,53%, sendo que 48,61% têm carteira assinada. A categoria por conta própria (autônomo) absorve 25,51% do total da mão de obra, seguido pelo serviço público e militar com 18,18%. As demais posições são pouco expressivas.

Com relação a cor e/ou raça dos responsáveis pelos domicílios de Riacho Fundo, 45,74% declararam ser pardos/mulatos; 48,12%, brancos e somente 5,54%, pretos.

Ao analisar a escolaridade, observa-se que 35,44% dos responsáveis pelos domicílios da RA têm o ensino médio completo. Os que têm o ensino fundamental incompleto totalizam 21,57% e 18,43% têm o ensino superior completo, incluindo curso de especialização, mestrado e doutorado. Quanto aos analfabetos, 2,77% dos responsáveis pelos domicílios estão nessa categoria. Este percentual somado aos que apenas sabem ler e escrever e aos que fizeram curso de alfabetização de adulto, chega a 4,75%.

No geral, a RA Riacho Fundo I apresentou, em 2013, uma participação significativa de crianças, haja vista que 20,07% de seus moradores estão nos grupos etários de 0 a 14 anos. Parte expressiva da população é constituída por mulheres. Quanto à escolaridade, destaca-se o quantitativo de pessoas com ensino médio incompleto. O ensino fundamental incompleto é a segunda escolaridade com maior número de pessoas.

O tipo de residência predominante na região é a casa de alvenaria, com cerca de dois terços na condição de próprias. Os serviços de abastecimento de energia elétrica e água e por rede geral estão universalizados nos domicílios da Região Administrativa, enquanto o esgotamento sanitário caminha para esta situação.

A ocupação predominante da população economicamente ativa é essencialmente voltada para o Comércio, os Serviços Gerais e a Administração Pública, prevalecendo-se empregos com carteira de trabalho assinada. A renda domiciliar da localidade concentra-se entre 2 a 5 salários mínimos mensais. Somente um quarto dos seus moradores que trabalham, estão ocupados na própria Região Administrativa.

Comparando os dados da PDAD de 2004 e de 2011 com a atual (2013), observa-se ganhos na área social, com aumento do acesso ao computador, ao ensino superior e com queda no percentual de analfabetos. No que se refere à condição econômica, a

renda domiciliar, convertida em salários mínimos, apresentou acréscimo entre o período analisado.

Em relação à satisfação com a atual área de trabalho, 52,2% desejam mudar sua área de atuação profissional, 34,8% desejam ampliar os seus conhecimentos dentro de sua área de atuação atual e apenas 13% estão satisfeitos com a sua atual área de atuação profissional. Entre as atividades profissionais mais citadas pelos (pelas) estudantes, estão as seguintes: empregada doméstica, cabeleireira, copeira, telefonista, costura, vendedor, auxiliar de cozinha, vigilante, motorista, pintor, bombeiro hidráulico, lanternagem, babá, manutenção de redes, atendente, cuidadora de idosos e serralheiro.

Nesse sentido, em agosto de 2011 iniciou-se a implantação do *Campus* Riacho Fundo, na sede provisória na QOF 1 Setor Habitacional, Riacho Fundo I. Ouvir a comunidade foi o primeiro passo para que fossem tomadas decisões com vistas ao sucesso do investimento público, da educação e conseqüentemente do desenvolvimento da sociedade em geral. Nessa perspectiva de conhecer os anseios da comunidade local foi realizado contato com a comunidade da Região Administrativa (RA) do Riacho Fundo I, inicialmente com a participação dos representantes da sociedade civil (administração regional, associações de classe e organizações sociais). Posteriormente, pré-audiências (05/05/2011) e audiências públicas (12/05/2011) foram realizadas, nas quais as atividades e missão do Instituto Federal de Brasília foram apresentadas aos presentes, assim como o levantamento das atividades necessárias à comunidade, no âmbito de ensino técnico e tecnológico. Durante as pré-audiências houve a participação da comunidade da Região Administrativa Riacho Fundo I (RA XVII) e do entorno (Riacho Fundo II, Recanto das Emas e Núcleo Bandeirante).

Foram apresentados à comunidade os Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e Tecnológicos ao longo da pré-audiência e da audiência pública, orientando os participantes sobre as atividades desenvolvidas em cada componente por eixo tecnológico. Dessa forma, a comunidade pontuou e sinalizou ao IFB os cursos que atenderiam seus anseios, no âmbito do ensino profissionalizante. Os cursos indicados pelos populares e que ainda não constavam entre os já oferecidos pelo IFB foram: curso técnico em contabilidade, curso técnico em recursos humanos, técnico em cozinha e tecnólogo em gastronomia.

A proposta resultante dos anseios da comunidade foi enviada ao colegiado de dirigentes do IFB (20/05/2011 e 25/05/2011) e a seu Conselho Superior (31/05/2011)

para que fosse analisada, considerando aspectos de viabilidade e interesse público. Durante a apreciação, as propostas de cursos técnicos e de curso tecnológico acima mencionados foram aprovadas.

Em janeiro de 2015 o *Campus Riacho Fundo* passou a funcionar em sede definitiva na AE 15, QS 16, Avenida Cedro, Fazenda Sucupira, Riacho Fundo I, na qual se encontram em processo de implantação os laboratórios de cozinha e de hospedagem. A Tabela 2 apresenta os cursos oferecidos na sede durante o ano de 2018.

Além disso, com a Licenciatura em Letras, o Ensino Médio Integrado e a Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ensino de Humanidades e Linguagens, o *Campus Riacho Fundo* se torna capaz de dialogar e formular pesquisas na área de formação de professores, fomentando o diálogo entre as Humanidades, as Ciências Sociais Aplicadas e as Linguagens.

Outro aspecto que vale ressaltar, é o fato de uma pós-graduação *Lato Sensu* ser ofertada no âmbito desta região administrativa. A RA do Riacho Fundo não possui nenhum curso de pós-graduação público e gratuito em oferta. A Pós-Graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens vem, não só contribuir com o desenvolvimento da região, como também pode atrair profissionais oriundos de outras regiões do DF e entorno. Tal fato, colabora de modo inquestionável para o desenvolvimento da região, bem como para a democratização do acesso à educação em nível de pós-graduação em zonas periféricas do Distrito Federal. Institucionalmente, tal oferta corrobora os princípios norteadores do IFB e do *Campus Riacho Fundo*, ao abrir a oferta de uma pós-graduação gratuita e de qualidade para professores, trilhando um novo caminho na recente História da Instituição.

Tabela 2 – Oferta de cursos do *Campus Riacho Fundo* em 2018

Modalidade	Cursos	Turno	Número de Estudantes	Total por Modalidade
Técnicos	EMI - Cozinha	Matutino/Vespertino	200	580
	EMI - Hospedagem	Matutino/Vespertino	160	
	Técnico em Cozinha (semestral)	Matutino	60	
	Técnico em Cozinha (semestral)	Noturno	40	
	Técnico em Panificação (semestral)	Noturno	40	
	Técnico em Panificação (semestral)	Vespertino	40	
	PROEJA	Noturno (anual)	40	
Licenciaturas	Letras	Vespertino (anual)	320	320
FIC	LIBRAS	Noturno (anual)	100	100
Pós - Graduações	Ensino em Humanidades	Noturno (anual)	40	40
TOTAL				1040

Dessa forma, o presente projeto pedagógico do curso de pós-graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens é fruto, também, do investimento público já feito no

Campus em equipamentos, laboratórios e servidores docentes nos cursos supracitados. Além de se constituir em mais um curso oferecido no âmbito do Riacho Fundo, é importante salientar o que o curso de pós-graduação proposto, voltado à formação continuada de professores, extrapola os limites do Riacho Fundo, tornando-se atrativo em escala regional, atraindo professores de todo o Distrito Federal (Plano Piloto e Regiões Administrativas) e até de cidades próximas pertencentes ao Estado de Goiás.

Por fim, a oferta do presente curso abre novas perspectivas ao *Campus* Riacho Fundo, ao criar a primeira pós-graduação do *Campus* e ao se articular com as pesquisas e as experiências dos professores do curso de Licenciatura em Letras/Inglês e dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio.

4. OBJETIVOS

4.1. OBJETIVO GERAL

O curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Ensino de Humanidades e Linguagens tem como objetivo geral oferecer formação continuada gratuita e de qualidade para professores de escolas públicas e particulares do Distrito Federal, interessados na área de Humanidades e Linguagens, além de oferecer uma possibilidade de verticalização do ensino aos egressos dos cursos de licenciatura do IFB. Assim, o curso almeja proporcionar um espaço de reflexão e pesquisa sobre as práticas docentes em Humanidades e Linguagens em uma perspectiva interdisciplinar e transversal, permitindo aos estudantes uma atuação capaz de transitar, no campo das Humanidades, entre as diversas linguagens humanas existentes: a linguagem audiovisual, a literatura, a música, entre outras linguagens possíveis.

O curso ofertará instrumentos teóricos e práticos para interpretação da experiência docente, produção de conhecimento teórico e pedagógico em conexão com tal experiência e desenvolvimento de estratégias didáticas fundamentadas por perspectivas inovadoras de ensino nas áreas de Humanidades e Linguagens. Além disso, o curso proporcionará espaços de reflexão teórica e subsídios para a execução das atividades docentes, além da consolidação teórica na formação profissional em Ciências Humanas e Linguagens.

Em relação à pesquisa acadêmica, espera-se que o curso em questão seja apenas o primeiro passo em direção a novos desafios acadêmicos nos níveis de mestrado e doutorado. Deseja-se que o egresso esteja preparado teoricamente e academicamente para ingressar em um curso de mestrado nas áreas de Educação, Humanidades e Linguagens.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Promover a qualificação pedagógica dos professores que atuam na rede pública e privada do Distrito Federal e região;
2. Promover a verticalização do ensino no IFB, ofertando aos egressos dos cursos de licenciatura uma nova possibilidade para ampliar a formação acadêmica;
3. Desenvolver e aprofundar recursos teóricos e práticos relevantes para a atuação dos docentes;
4. Favorecer e capacitar a produção científica por meio de pesquisas no campo das Humanidades e Linguagens;
5. Habilitar os estudantes para o trabalho de elaboração e prática de projetos transversais e interdisciplinares;
6. Proporcionar aos profissionais das áreas de Humanidades e Linguagens instrumentos que favoreçam a concretização dos objetivos propostos nos programas escolares, cumprindo assim seus respectivos papéis como agentes de mudanças sociais.

5. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Ensino de Humanidades e Linguagens são egressos de qualquer curso de licenciatura ou pedagogia, sobretudo professores atuantes na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e em escolas privadas do Distrito Federal. Devido à proximidade geográfica, também é esperado que o curso seja frequentado por professores de cidades do entorno do DF, atuantes na Secretaria Estadual da Educação de Goiás ou em escolas privadas dessas cidades.

O pré-requisito mínimo para a participação do processo seletivo será ser portador de diploma em qualquer curso de licenciatura ou pedagogia reconhecido pelo MEC.

6. PERFIL DO EGRESSO

Espera-se que o egresso contribua para a promoção de práticas transversais e interdisciplinares de ensino-aprendizagem nas áreas de Humanidades e Linguagens, sendo um fator de renovação nas redes de ensino básico onde atua. Espera-se que o egresso seja capaz de ultrapassar os atuais limites impostos pela fragmentação das disciplinas escolares e esteja apto a superar as recorrentes dificuldades da escola atual na formulação e execução de propostas didáticas transversais e interdisciplinares nas áreas de Humanidades e Linguagens.

7. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

A concepção do programa anuncia-se e faz-se evidente desde já no nome que se atribui ao curso, a saber, curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Ensino de Humanidades e Linguagens.

Isto se dá, primeiro, com a menção à Pós-graduação em Ensino, indicativa de um curso cujo propósito é atuar, primordialmente, no âmbito da formação continuada de professores. Nesse sentido, e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada (DCNs) em vigor¹⁷, o curso pretende ser um espaço

¹⁷ Refere-se, aqui, às diretrizes curriculares nacionais que tem por base o Parecer CNE/CP 02/2015, aprovado pelo Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação (CNE), em 9 de junho de 2015, e homologado pelo MEC em 24 de junho de 2015.

propício para os profissionais interessados em desenvolver uma melhor compreensão da prática docente – suas e de outros – frente aos desafios que a realidade contemporânea lhes impõem.

Para tanto, imagina-se uma Pós-graduação que privilegia a investigação integrada aos fazeres da escola; que, para além da pesquisa tradicional e de cunho acadêmico, confere valor substantivo à vivência e ao aprendizado do professor. Logo, trata-se, aqui, de cultivar a formação de pós-graduandos capacitados a analisar e interpretar a experiência docente e capacitados a produzir conhecimento, teórico e pedagógico, em conexão com tal experiência e suas respectivas análise e interpretação.

Se é certo que o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Ensino de Humanidades e Linguagens propõe-se a missão de propiciar a reflexão sistemática sobre a experiência docente, é indiscutível que esse curso reivindica, também, a responsabilidade de oferecer aos pós-graduandos a oportunidade de aprofundarem seus conhecimentos numa perspectiva interdisciplinar e transversal. Disso, a menção ao Ensino de Humanidades e Linguagens é a prova.

Não bastasse a referência à área de Humanidades, há que registrar a área de Linguagens. Junto a História, Geografia, Filosofia e Sociologia – componentes pertencentes às Humanidades, soma-se então a Língua Portuguesa, a Língua Estrangeira Moderna e as Literaturas correspondentes.

Entretanto, é importante destacar que a concepção de linguagens do curso vai além das Literaturas e abre amplo espaço para a análise de inúmeras linguagens presentes no mundo contemporâneo e cada vez mais exigidas no dia a dia dos alunos e professores: a linguagem audiovisual, a música, a dança, as artes plásticas, entre outras possibilidades. Desde que ofertadas pelo corpo docente e articuladas como objetos de análise, o que já se demonstra inicialmente nas disciplinas destacadas na grade curricular, qualquer linguagem pode ser alvo do curso, ao ser integrada com as questões teóricas ensejadas no campo das Humanidades, sobretudo após a grande renovação dos objetos de pesquisa das Humanidades desde a metade do século XX. Desde então, as pesquisas no campo das Humanidades se converteram em uma explosão de objetos de pesquisa que perpassam a experiência humana em um leque muito amplo de práticas, linguagens e culturas. Todavia, todo esse rico repertório de

renovação acadêmica se converte em uma renovação lenta das práticas de ensino e aprendizagem nas escolas. O curso em questão se localiza neste âmbito e se propõe a ser um fator de renovação, isto é, um catalisador para a promoção desse trânsito entre as mais recentes questões ensejadas pela pesquisa acadêmica no campo das Humanidades a partir das diversas possibilidades abertas para o estudo e reconhecimento das diversas linguagens humanas.

Mais importante, todavia, que elencar as áreas e as disciplinas, é entender que os conhecimentos são desenvolvidos em conjunto e se fecundam reciprocamente. Revisa-se o modo de ensinar e de aprender, bem como o modo de pensar, na expectativa de “integrar o que foi dicotomizado, religar o que foi desconectado, problematizar o que foi dogmatizado e questionar o que foi imposto como verdade absoluta”¹⁸.

Dito interdisciplinar, esse movimento – que busca a travessia dos saberes e o entrecruzamento epistemológico – informa assim a atividade investigativa do pós-graduando, com as “diferentes disciplinas contribuindo, cada qual no âmbito dos objetos de estudos, conceitos, procedimentos, competências e habilidades que lhe são próprios, para que os educandos construam/reconstruam conhecimentos e desenvolvam autonomia intelectual”¹⁹.

Nessa nova compreensão do ensino-aprendizagem e da pesquisa, a organização do curso segue orientação singular. O currículo, agora, caracteriza-se pela interpenetração e associação das disciplinas, que conversam entre si. No lugar dos estritos limites disciplinares, espaços de convívio, de diálogo, de intercâmbio, de divergências até. No lugar das disciplinas especializadas, disciplinas que agregam conhecimentos prévia e artificialmente isolados. No lugar do profissional – professor e pós-graduando – especialista e autossuficiente, um profissional capaz de “apropriar-se (...) das múltiplas relações conceituais que sua área de formação estabelece com as outras ciências”, capaz de, em última instância, “partilhar o domínio do saber, [de]

¹⁸ THIESEN, Juarez da Silva. “A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem”. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 545-554, set./dez. 2008. p. 551.

¹⁹ Secretaria de Educação Fundamental (MEC). **PCN+**: Orientações Educacionais Complementares aos PCNs – Ciências Humanas e Suas Tecnologias. Brasília, MEC, 2002, p. 23.

abandonar o conforto da linguagem estritamente técnica e aventurar-se num domínio que é de todos e de que, portanto, ninguém é proprietário exclusivo”²⁰.

8. COORDENAÇÃO DO CURSO

O curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Ensino de Humanidades e Linguagens será coordenado por um docente do colegiado do curso, escolhido por processo seletivo após a definição dos docentes de cada disciplina. O professor coordenador deverá ser servidor efetivo deste Instituto Federal de Brasília, estar em exercício no *Campus* Riacho Fundo, possuir titulação mínima de mestre e estar em regime de trabalho de 40h (DE).

De acordo com o Art. 11 (incisos II e III) da Resolução n.º 12 de 2013 do Conselho Superior do IFB, o coordenador do curso será o docente Gervásio Barbosa Soares Neto, a ser nomeado pela Direção-Geral do *Campus* Riacho Fundo para implementar a primeira turma do curso.

São atribuições da Coordenação de Curso do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Ensino de Humanidades e Linguagens:

- I. Presidir o Colegiado do Curso;
- II. Coordenar as atividades didáticas e administrativas do curso;
- III. Coordenar o processo de seleção, em consonância com a política de ingresso e matrícula do IFB, nos termos desta Resolução;
- IV. Enviar os documentos individuais dos alunos, requeridos no edital de seleção à Coordenação de Registro Acadêmico do *Campus*, imediatamente após o processo de seleção;
- V. Acompanhar, como responsável direto, o cumprimento dos prazos de entrega dos documentos de registro de frequência e rendimento escolar das disciplinas, bem como dos trabalhos de conclusão de curso para avaliação da banca examinadora, quando for o caso;
- VI. Realizar reunião com os discentes, no início das aulas, para apresentação do curso e suas normas, além de apresentar este regulamento para os mesmos;

²⁰ THIESEN, Juarez da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 545-554, set./dez. 2008. p. 551-552.

- VII. Realizar reuniões periódicas com o colegiado do curso, para análise do andamento dos trabalhos realizados no curso;
- VIII. Coordenar o processo de defesa dos trabalhos de conclusão de curso, e aprovar a indicação dos nomes dos integrantes da banca examinadora, encaminhada pelo orientador do trabalho de conclusão de curso;
- IX. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos requisitos necessários para a emissão dos certificados de conclusão de curso pelo IFB;
- X. Conhecer integralmente o projeto pedagógico do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* e suas eventuais atualizações;
- XI. Propor adequações ao projeto do curso, sempre que necessário, e encaminhá-lo à anuência da PRPI para as providências necessárias;
- XII. Propor o quadro de recursos humanos e materiais necessários para a adequada execução do projeto do curso;
- XIII. Acompanhar o desenvolvimento do curso, responsabilizando-se pelo cumprimento do cronograma e da entrega dos planos de ensino pelos docentes;
- XIV. Apresentar aos discentes a relação de professores orientadores e suas respectivas linhas de pesquisa;
- XV. Emitir parecer sobre os pedidos de aproveitamento de estudos, mediante análise dos programas apresentados pelos requerentes, de acordo com este Regulamento; XVI. Deliberar sobre as solicitações discentes para a realização de provas presenciais em segunda chamada;
- XVII. Constituir banca para a revisão de provas quando necessário;
- XVIII. Encaminhar à Coordenação de Registro Acadêmico deste *Campus*: a) os diários de classe das disciplinas, conforme modelo institucional, devidamente preenchidos e assinados (ou o diário eletrônico quando aplicável) pelos professores responsáveis, até no máximo 10 (dez) dias úteis após o encerramento das respectivas aulas; e atas e avaliações dos trabalhos de conclusão de curso.
- XIX. Encaminhar à PRPI as solicitações de pagamentos nos casos pertinentes, para as providências necessárias; e
- XX. Aplicar os formulários de avaliação do curso, conforme as normas estabelecidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

9. CARGA HORÁRIA DO CURSO, PERÍODO E TURNO PREVISTOS

O curso terá carga horária total de 405 horas, sendo 373 horas de disciplinas teóricas (com 40 horas de atividades práticas) e 32 horas referentes à monografia final. As aulas serão realizadas durante o período noturno, em dois dias da semana, com quatro horas/aula por dia, totalizando 80 horas/aula por bloco e 160 horas/aula por semestre.

10. FUNCIONAMENTO DO CURSO

Tabela 3 – Áreas de Concentração das disciplinas do Curso

Áreas de concentração	Disciplinas	Horas
Disciplinas de Núcleo Comum (Obrigatórias)	<ul style="list-style-type: none">- Metodologia de Pesquisa Científica- Epistemologia das ciências humanas- Estudos Culturais e(m) Educação- Cinema e Narrativas em Humanidades e Linguagens- Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras- Cultura, Poder & Identidades- Educação e Políticas Públicas- Linguagem e Sociedade- Seminários de Pesquisa I e II	273,1h
Tópicos Especiais I e II (Optativas – Escolha do aluno dentre as ofertas disponibilizadas pela Coordenação do Curso)	<ul style="list-style-type: none">- Tópicos Especiais em Literatura- Tópicos Especiais em Língua Estrangeira Moderna- Tópicos Especiais em História- Tópicos Especiais em Geografia- Tópicos Especiais em Filosofia- Tópicos Especiais em Sociologia	66,6h (Tópicos Especiais I e II) 33,3h (cada Tópico Especial)
Tópicos em Educação I e II (Obrigatórias - Oferta definida pela Coordenação do Curso)	<ul style="list-style-type: none">- Sujeito e Subjetividade: uma abordagem cultural-histórica sobre a relação professor(a)-aluno(a)- Pedagogia do diálogo: a perspectiva dialógica para atividades de ensino e de aprendizagem- Novas Tecnologias e Metodologias de ensino e de aprendizagem- Teorias da aprendizagem	33,3h (Tópicos em Educação I e II) 16,65h (cada Tópico em Educação)
Total		373h

Durante os três semestres do curso, o aluno realizará 373 horas de disciplinas teóricas (com 40 horas de atividades práticas), organizadas em três áreas de concentração: 1) Disciplinas de Núcleo Comum (obrigatórias, 273,1h); 2) Tópicos Especiais (optativas, 66,6h); 3) Tópicos em Educação (obrigatórias, 33,3h).

As disciplinas de núcleo comum são obrigatórias, distribuídas em dez disciplinas e um total de 273,1h. Elas compõem o cerne do curso e instigam o aluno a tecer articulações transversais e interdisciplinares, permeadas pelas problemáticas de pesquisa das Humanidades e Linguagens. Somadas aos Tópicos em Educação, também disciplinas obrigatórias (33,3h) destinadas a fornecer um aporte pedagógico ao aluno, tem-se um total de 306,4h de disciplinas obrigatórias e 66,6h de optativas.

Conforme consta no “Conteúdo Programático”, as disciplinas podem conter mais de uma ementa possível, o que ocorre devido às diferentes abordagens dentro de uma mesma disciplina, algo comum no campo das Ciências Humanas e das Linguagens. Caberá à Coordenação do Curso definir qual das ementas será oferecida em cada um dos semestres letivos, uma vez que o aluno deverá cursar obrigatoriamente a ementa ofertada pela disciplina, previamente escolhida e divulgada pela Coordenação do Curso. Tal prática, além de coadunar com as especificidades do curso, também contribui para flexibilizar e viabilizar o diálogo permanente com as questões contemporâneas.

O aluno deverá cursar as disciplinas *Seminários de Pesquisa I e II* (com 40h de atividades práticas de pesquisa), destinadas à preparação e discussão coletiva dos projetos e dos resultados parciais de pesquisa dos discentes. Essas duas disciplinas se apresentam como espaços privilegiados de troca de experiências, com o compartilhamento de dificuldades e boas experiências de pesquisa.

Após a concretização das disciplinas, o aluno deverá concluir a sua monografia de curso (32h) no terceiro semestre e realizar a defesa do seu trabalho perante a banca examinadora.

A criação das três áreas de concentração tem como objetivo, em primeiro lugar, apresentar aos estudantes temas prementes de Humanidades e Linguagens; em segundo, focar o debate sobre a prática docente nessas áreas; e, em terceiro, fundamentalmente, buscar consolidar em temas mais específicos os conhecimentos que até então foram apresentados de maneira multidisciplinar, permitindo o amadurecimento teórico das questões bem como o aprofundamento das temáticas. Neste sentido, o estudante poderá escolher uma disciplina dentro de um conjunto de disciplinas ofertadas como *Tópicos Especiais I e II*.

O curso é semestral, com entrada anual, sendo a aprovação por componente curricular (disciplinas), nos termos do Art. 23 da Resolução 12-2013/CS. Cada semestre será dividido em dois blocos de disciplinas condensadas, ao longo de três semestres,

devendo o aluno finalizar e defender a sua monografia ao final do terceiro semestre de curso. Após concluir as disciplinas, o discente terá até 3 meses para solicitar a defesa da monografia. Em casos excepcionais, poderá solicitar prorrogação por igual período.

As disciplinas *Seminários de Pesquisa* são divididas em partes I e II, sendo a aprovação na parte I pré-requisito para a realização da parte II. As demais disciplinas podem ser cursadas sem pré-requisito, independentemente de reprovação em disciplinas de blocos anteriores, respeitando o período máximo de integralização do curso e as possibilidades previstas no Art. 23 da Resolução 12-2013/CS:

§ 2o O discente reprovado em até 3 (três) componentes curriculares deverá esperar a abertura de uma nova turma para poder cursá-las ou poderá cursá-las em outro curso de especialização do IFB em área afim, desde que autorizado pelo Coordenador do Curso e aprovado pela Coordenação de Pós-Graduação, respeitadas as equivalências de carga horária e conteúdo.

§ 3o O discente reprovado em mais de 3 (três) componentes curriculares será desligado do curso.

§ 4o Nos casos em que não houver a abertura de novas turmas, o discente reprovado poderá solicitar uma nova avaliação de conhecimento, uma única vez.

§ 5o O discente que reprovar mais de uma vez na mesma componente curricular ou no TCC será desligado do curso.

O aluno poderá requerer o aproveitamento de estudo nos termos previstos no Art. 22 da Resolução 12-2013/CS:

Art. 22 Poderão ser objeto de aproveitamento de estudos, em até 30% da carga horária do curso, as disciplinas concluídas em cursos de pós-graduação stricto sensu reconhecidos pelo Ministério da Educação, presenciais e/ou à distância, ou em curso de pós-graduação lato sensu oferecido por instituição credenciada para atuar neste nível educacional.

§ 1o O aproveitamento de estudos deverá ser requerido pelo discente, pelo menos, 15 (quinze) dias antes da data de início das aulas da disciplina para a qual o interessado pretende o aproveitamento.

§ 2o Caberá ao Coordenador do Curso deferir ou não o aproveitamento solicitado, com base no programa e na carga horária do componente curricular cursado, analisada comparativamente com o plano de ensino do componente curricular em questão e que se atenda as seguintes exigências: a) o requerente

tenha cursado a disciplina há menos de 5 (cinco) anos, contados da data de conclusão da disciplina até a data de solicitação do aproveitamento;

b) o discente que tenha cursado a disciplina há mais de 5 (cinco) anos deverá realizar uma avaliação de conhecimento atualizado do conteúdo programático do componente curricular pretendido.

c) o aproveitamento obtido pelo discente nesse componente curricular seja equivalente ao mínimo exigido pelo IFB.

§ 3o O percentual de frequência e a nota obtida na disciplina cursada, objeto do aproveitamento concedido, serão registrados como resultados da disciplina em que houve a dispensa.

§ 4o O somatório das cargas horárias em que houver aproveitamento de estudos não poderá exceder a 1/3 (um terço) da carga horária total do curso.

11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A tabela 4, a seguir, apresenta a organização curricular do curso em componentes curriculares (disciplinas), distribuídos em 5 blocos de disciplinas, mais o 6º bloco dedicado à defesa da monografia, totalizando os três semestres do curso. O aluno deverá cumprir a grade de disciplinas na ordem descrita pela **Tabela 4**. Dentro de cada disciplina, cabe à Coordenação do Curso definir qual ementa será oferecida quando houver mais de uma ementa possível.

Tabela 4 – Grade de disciplinas do curso

Disciplinas – 1º Semestre– Bloco 1	Hora Aula (HA) / Horas (CH) Teórica	CH Prática	HA/CH Total
Metodologia de Pesquisa Científica	40h/a ou 33,30h	-	40 h/a ou 33,30h
Tópicos em Educação I	20h/a ou 16,65h	-	20 h/a ou 16,65h
Epistemologia das Ciências Humanas	20h/a ou 16,65h	-	20 h/a ou 16,65h
Total			80 h/a ou 66,60h
Disciplinas – 1º Semestre – Bloco 2			
Estudos Culturais e(m) Educação	40 h/a ou 33,30h	-	40 h/a ou 33,30h
Cinema e Narrativas em Humanidades e Linguagens	20 h/a ou 16,65h	-	20 h/a ou 16,65h
Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras	20 h/a ou 16,65h	-	20 h/a ou 16,65h
Total			80 h/a ou 66,60h
Disciplinas – 2º Semestre – Bloco 3			
Cultura, Poder & Identidades	40 h/a ou 33,30h	-	40 h/a ou 33,30h
Educação e Políticas Públicas	20 h/a ou 16,65h	-	20 h/a ou 16,65h
Seminários de Pesquisa I	20 h/a ou 16,65h	20h	36,65h
Total			86,6h
Disciplinas – 2º Semestre – Bloco 4			
Tópicos Especiais I	40 h/a ou 33,30h	-	40 h/a ou 33,30h
Tópicos em Educação II	20 h/a ou 16,65h	-	20 h/a ou 16,65h
Linguagem e Sociedade	20 h/a ou 16,65h	-	20 h/a ou 16,65h
Total			80 h/a ou 66,60h
Disciplinas – 3º Semestre – Bloco 5			
Seminários de Pesquisa II	40 h/a ou 33,30h	20h	53,3h
Tópicos Especiais II	40 h/a ou 33,30h	-	40 h/a ou 33,30h
Total			86,6h
Disciplinas – 3º Semestre – Bloco 6			
Defesa da Monografia			32h
Total (apenas as disciplinas)			373h
Total do curso			405h

12. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

12.1 – Área de Concentração: Disciplinas Transversais (obrigatórias)

Carga Horária: 40 horas-aula	<u>Disciplina</u> Metodologia de Pesquisa Científica: análise de Discurso Crítica para Pesquisa Social
EMENTA Discurso e relações de poder. Consciência linguística crítica. Noções preliminares de Análise de Discurso Crítica. Representações de atores sociais e constituições identitárias. Análise de Discurso Crítica como abordagem teórico-metodológica para pesquisa social. Análise linguístico-discursiva aplicada.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Brasília: Editora da UnB: 2001. FUZER, C. e CABRAL, S. R. S. Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa. Campinas: Mercado das Letras, 2014. THOMPSON, J. B. Ideologia e cultura moderna. São Paulo: Vozes, 2002. VAN LEEUWEN, T. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, Emília R.(Org.). Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1998. p.169-222.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR RAMALHO, V. e RESENDE, V. M. Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes, 2011. SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. p. 73-102. SPIVAK, G. C. Pode o subalterno falar? Tradução de Sandra Regina Goulart de Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.	
Carga Horária: 40 horas-aula	<u>Disciplina</u> Estudos Culturais e(m) Educação

EMENTA

Cultura, educação e pedagogia. Identidade-diferença. Desobediência epistêmica. Currículo na perspectiva da diferença. Pedagogias culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 22, n. 2, jul/dez. 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, Marisa Vorraber (Org.). A educação na cultura da mídia e do consumo. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2009.

LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Org.). Habitantes de babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte, Autêntica, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. Sobre a emergência e a expansão dos Estudos Culturais em educação no Brasil. Educação, Porto Alegre, v. 38, n. 1, 2015.

Carga Horária:

40 horas-aula

Disciplina

Cultura, Poder & Identidades

EMENTA

Estudos Culturais, virada cultural e virada linguística. Cultura(s) e identidade(s): gênero, sexualidade, raça/etnia, interseccionalidade. Consumo cultural e práticas de resistência. Leitura crítica de “textos” culturais nas diversas mídias (literatura, cinema, televisão, etc.), e de seus “subtextos” de gênero, sexualidade e raça/etnia, entre outros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CEVASCO, Maria Elisa. Dez lições sobre estudos culturais. São Paulo: Boitempo, 2003.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CANCLINI, Néstor García. Leitores, espectadores e internautas. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: representações da UNESCO no Brasil, 2003.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

Carga Horária: 20 horas-aula	<u>Disciplina</u> Cinema e Narrativas em Humanidades e Linguagens: a produção audiovisual escolar e a linguagem audiovisual como prática de aprendizagem
EMENTA <ol style="list-style-type: none">1. Fundamentos técnicos de produção da linguagem;2. Fundamentos narrativos da linguagem audiovisual;3. Estratégias de ensino e aprendizagem na produção audiovisual escolar;4. Análise das produções audiovisuais escolares;5. Práticas de produção audiovisual;6. Elaboração de um projeto de produção audiovisual;7. Discussão e análise dos projetos desenvolvidos.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARCELOS, Patrícia. **IMAGEM-APRENDIZAGEM**: experiências da narrativa imagética em educação. Tese de Doutorado em Educação. Brasília, UnB, 2015.

SILVA, Thiago de. "Hegemonia audiovisual e escola". SILVA, Marcos. **História**: que ensino é esse?. Campinas, Papirus, 2013.

MIRANDA, Fabiana Maria Whonrath. **Produção de vídeo na escola**: um estudo sobre processos de aprendizagem audiovisual. Tese de Doutorado em Multimeios. Campinas, Unicamp, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERGALA, Alain. **La Hipótesis del Cine**: pequeño tratado sobre la transmisión del cine en la escuela y fuera de ella. Barcelona, Laertes, 2007.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. "Produção de vídeos e ensino de história". **História & Ensino**. Londrina, v. 10, out. de 2004.

RIZZO JUNIOR, Sergio Alberto. Educação **Audiovisual**: uma proposta para a formação de professores de Ensino Fundamental e de Ensino Médio no Brasil. Tese de Doutorado. São Paulo, ECA-USP, 2011.

Carga Horária: 20 horas-aula	<u>Disciplina</u> Linguagem e Sociedade : Leitura do Texto Literário
--	--

EMENTA

Concepção de literatura e seu ensino. O ensino da literatura como experimentação: entre a leitura e a crítica. Processos de hibridização dos gêneros. O livro e o leitor: prazer e conhecimento. Práticas pedagógicas direcionadas à formação do leitor do texto literário. Proposições metodológicas para elaboração de material didático.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU, Márcia. *Cultura letrada. Literatura e cultura*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Tradução de Reginaldo Carmelo Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.

COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIMA, Luiz Costa (Org.). *A literatura e o leitor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MACHADO, Ana Maria. *Como e por que ler os clássicos desde cedo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

PAIVA, Aparecida et al. (Org.). *Literatura e letramento: espaços, suportes e interfaces – o jogo do livro*. Belo Horizonte: Autêntica/CEALE/FAE/UFMG, 2007.

REZENDE, Neide Luzia et al. (Org.). *Leitura subjetiva e ensino de literatura*. São Paulo: Alameda, 2013.

ZILBERMAN, Regina. *Que literatura para a escola? Que escola para a literatura?* *Letras*, Passo Fundo, RS, v. 5, n. 1, jan./jun. 2009.

Carga Horária: 20 horas-aula	<u>Disciplina</u> Linguagem e Sociedade: Mente, Linguagem e Sociedade
EMENTA	
<ol style="list-style-type: none">1. Compreender a diversidade de olhares na definição da “condição humana”.2. Compreender alguns dos diversos aspectos da relação entre indivíduos e sociedade.3. Compreender alguns dos diversos aspectos relativos ao funcionamento da mente e da linguagem na constituição da sociedade.4. Abordar a cultura a partir das transformações decorrentes do processo evolutivo.5. Compreender as mudanças sociais e sua inter-relações com a cultura	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
GOFFMAN, Eving. “A representação do eu na vida cotidiana”. Editora Vozes. 2003	
BERGER, Peter. “A construção social da realidade”. Editora Vozes. 2003.	
WILSON, Edward O. “A conquista social da terra” Companhia das letras. 2015.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
DURKHEIM, E. As regras do método sociológico _____. A Divisão Social do Trabalho	
WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo	

_____. Economia e Sociedade

MARX, K. A Ideologia Alemã. São Paulo, Boitempo, 2007.

ADORNO, T. e HORKHEIMER, M. A Dialética do Esclarecimento. CEVASCO, Maria Elisa. Dez lições sobre estudos culturais. São Paulo: Boitempo, 2003.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

Carga Horária: 20 horas-aula	<u>Disciplina</u> Epistemologia das Ciências Humanas
--	--

EMENTA

- Compreender o humano como problema científico
- Compreender a presença da história e ideologia na análise social
- Analisar as inter relações entre poder, organização social e crítica

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARX, K. A Ideologia Alemã. Ed. HUCITEC, São Paulo, 1979
LUKACS, G. História e consciência de classe. Martins Fontes, São Paulo, 2003.
HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1980.
FOUCAULT, M. A Ordem do Discurso. São Paulo, Edições Loyola, 2008
_____. O Nascimento da Biopolítica. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREITAG, Barbara. A Teoria crítica ontem e hoje. São Paulo, Brasiliense, 1986.
FOUCAULT, M. A História da Sexualidade 1. Vontade de saber. São Paulo, Graal, 2009.
ADORNO, T e HORKHEIMER, M. Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

Carga Horária: 20 horas-aula	<u>Disciplina</u> Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras
--	---

EMENTA

1. As leis n.º 10.639 de 9 de janeiro de 2003 e n.º 11.645 de 10 de março de 2008.
2. Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras: os livros de didáticos e os paradidáticos.

3. O cinema e o ensino das Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras.
4. Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras nas práticas docentes.
5. Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras: um campo de pesquisas.
6. Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras e estudo do meio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FELINTO, Renata. **Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula**: saberes para os professores, fazeres para os alunos: religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais. Belo Horizonte, Fino Traço Editora, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MELLO E SOUZA, Marina de. **África e Brasil africano**. São Paulo, Ática, 2006.

HERNANDES, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África em sala de aula**: visita à História contemporânea. São Paulo, Sele negro, 2005.

<p><u>Disciplina</u></p> <p>Educação e Políticas Públicas</p>	<p>Carga Horária: 20 horas-aula</p>
<p>EMENTA</p> <p>Estudo das principais políticas públicas educacionais em âmbito nacional, e da temática da educação na constituição federal e na Lei de Diretrizes e bases da educação nacional. Compreensão da conjuntura da organização do trabalho, da organização social, política econômica e seus vínculos com as propostas na área educacional.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>CARNEIRO, Moacir Alves. LDB Fácil – Leitura Crítico – Compreensiva. Editora Vozes, 2002.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização. 7ª Edição – São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>SAVIANI, Demerval. Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1987.</p>	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- HOFLING, ELOISA DE MATTOS. Estado e políticas (públicas) sociais. Cad. CEDES [online]. 2001, vol.21, n.55, pp.30-41. ISSN 0101-3262.
- KRAWCZYK, Nora Rut. Políticas de regulação e mercantilização da educação: socialização pára uma nova cidadania? Educação & Sociedade, Campinas, vol.
- SAVIANI, Dermeval. PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise crítica da política do MEC. Campinas/SP: Autores Associados, 2009.
- SOUZA, Celina. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, fev. 2003. São Paulo: ANPOCS, EDUSC, p. 15-20.
- VIEIRA, Sofia Lerche (Org.). Gestão da escola: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 47-75.

12.2. Área de Concentração: Tópicos Especiais (disciplinas optativas)

Carga Horária: 40 horas-aula	<u>Disciplina</u> Tópicos Especiais em Literatura: Literatura Infantil e Juvenil
EMENTA Considerações sobre a especificidade da literatura infantil. Relação texto e ilustração. Memória e formas de narrar no passado e no presente. Literatura e performance: gêneros orais e gestualidade. Aproximações entre poesia e infância. O clássico em adaptação e transcrição. Experiência estética e afetividade na infância e na adolescência. Proposições metodológicas para elaboração de material didático.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA GREGORIN FILHO, José Nicolau. Literatura infantil: múltiplas linguagens na formação de leitores. São Paulo: Melhoramentos, 2009. CUNHA, Maria Zilda da. Na tessitura dos signos contemporâneos: novos olhares para a literatura infantil e juvenil. São Paulo: Humanitas/Paulinas, 2009. OLIVEIRA, Ieda de. O que é qualidade em literatura infantil e juvenil? Com a palavra o escritor. São Paulo: DVL, 2005.	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GREGORIN FILHO, José Nicolau. **Literatura Juvenil, adolescência, cultura e formação de leitores**. São Paulo: Melhoramentos, 2011.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortari. **Leitura, literatura e escola**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura Infantil Brasileira: História e Histórias**. São Paulo: Ática, 2002.

RÖSING, Tânia; BURLAMAQUE, Fabiana. **De casa e de fora, de antes e de agora: estudos de literatura infantil e juvenil**. Passo Fundo: Editora da Universidade Federal de Passo Fundo, 2010.

ZILBERMAN, Regina; LAJOLO, Marisa. **A leitura rarefeita: livro e leitura no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Carga Horária:	<u>Disciplina</u>
40 horas-aula	Tópicos Especiais em Língua Estrangeira Moderna: Ensino de Línguas Estrangeiras e relações de poder

EMENTA

Discurso e ideologia na formação do profissional de Letras. Reflexão sobre a prática social da fala. Aspectos políticos da formação do professor de línguas estrangeiras. Parâmetros Curriculares Nacionais de línguas estrangeiras. Comunidades de aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FOUCAULT, M. (Posfácio). The subject and power. In: DREYFUS, H.L. & RABINOW, P. (eds.) **Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics**. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

AUERBACH, E.R. 2000. Creating participatory learning communities: paradoxes and possibilities. In: J.K. HALL; W.G. EGGINGTON (eds.), **The sociopolitics of English language teaching**. Clevedon, Multilingual Matters, 2000, p. 143-164.

KLEIMAN, A.; MANTENCIO, M.L. (orgs.) **Letramento e formação do professor: práticas discursivas, representações e construção do saber**. São Paulo, Mercado de Letras, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LEFFA, Vilson J. (org.) **O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão.** Pelotas: EDUCAT, 2008.

BRITO, Cristiane Carvalho de Paula. **Vozes em embate no discurso do sujeito-professor-de-língua(s)-em-formação.** Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

USHER, Rubin; EDWARDS, Richard. **Postmodernism and education.** London; New York: Routledge, 1994.

SCARAMUCCI, M.V.R. **Proficiência em LE: considerações terminológicas e conceituais.** Trabalhos de Linguística, 2000.

Especialização em Ensino de Humanidades e Linguagens

Carga Horária:	<u>Disciplina</u>
40 horas-aula	Tópicos Especiais em Filosofia

EMENTA

O problema do ensino de filosofia no Brasil.
A disciplina e a interdisciplinaridade
Parâmetros Curriculares Nacionais
História da filosofia ou problemas filosóficos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Parâmetros Curriculares Nacionais – Filosofia.
SILVA, Franklin Leopoldo. **Função Social do Filósofo.** In: Textos Filosóficos, SE/SP, 1992.
FAVARETTO, C. **Sobre o ensino de filosofia.** In: Revista da Faculdade de Educação. São Paulo, Vol. 19, n. 1, 1993.
GOLDSCHIMIT, V. **Tempo histórico e tempo lógico na interpretação dos sistemas filosóficos.**

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KOHAN, W. **Ensino de Filosofia. Perspectivas.** São Paulo, Autêntica, 2002.
GALLO, Silvio. **Metodologia do ensino de filosofia.** São Paulo, Papirus, 2015.

<u>Disciplina</u>	Carga Horária: 40 horas-aula
-------------------	--

Tópicos Especiais em Geografia: Ambiente e apropriação do Relevo: transformações e impactos decorrentes da ocupação humana.	
EMENTA	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Relações ser humano-natureza; 2. O relevo como perspectiva de análise à ocupação humana; 3. O Relevo no estudo ambiental; 4. Impactos ambientais referentes à ocupação do relevo; 5. Estudo de caso 1: processos de alagamento na Bacia do Riacho Fundo; 6. Estudo de caso 2: movimentos de massa da região serrana do sudeste brasileiro; 7. Estudo de caso 3: Erosões laminares no município de Goiânia. 	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>Florenzano, T. G. Geomorfologia Conceitos e Tecnologias atuais. São Paulo: Oficina de Texto, 2008.</p> <p>SÁNCHEZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Texto, 2013.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>GUERRA, A J. T., MARIA, C O. J. Processos erosivos e recuperação de áreas degradadas. São Paulo: Oficina de Texto, 2013.</p> <p>ROSS, Jurandy L. S. Geomorfologia ambiente e planejamento. São Paulo. Ed. Contexto, 2001.</p> <p>CANIL, K. Processos Erosivos e Planejamento Urbano: Carta de Risco de Erosão das Áreas Urbana e Periurbana no Município de Franca, SP. Dissertação, USP, São Paulo, 2000.</p>	

Carga Horária: 40 horas-aula	<u>Disciplina</u>
	Tópicos Especiais em História: Cinema e Ditadura Civil-Militar em perspectiva interdisciplinar
EMENTA	
<ol style="list-style-type: none"> 1. O Cinema na sala de aula: desafios teóricos e metodológicos; 2. Tensões sociais e políticas no Governo Jango: o filme <i>Cinco vezes favela</i> (1962); 3. O documentário biográfico em questão: o filme <i>Jango</i>; 4. O cinema como lugar de reflexão: o filme <i>Terra em Transe</i>; 5. Entre o documentário e a ficção: a luta armada e os filmes <i>Hércules 56</i> e <i>O que é isso companheiro</i>; 6. Um balanço reflexivo sobre a Ditadura Civil-Miliar (1964-1985): o filme <i>Cabra Marcado para Morrer</i> (1984); 7. Impasses sociais do Brasil: o filme <i>Bye, Bye, Brasil</i>; 	

8. Uma transição conservadora: o filme *Céu Aberto*;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SILVA, Marcos. **Ditaduras do Cinema**. São Paulo, LCTE, 2016.

SILVA, Marcos. **Metamorfoses das linguagens** (Histórias, Cinemas, Literaturas). São Paulo, LCTE, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVA, Marcos; RAMOS, Alcides Freire. **Ver história: o ensino vai aos filmes**. São Paulo, Hucitec, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar a televisão na sala de aula**. São Paulo, Contexto, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. “Documentos não escritos na sala de aula”. In: **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo, Cortez, 2011.

ABUD, Kátia Maria. “A Construção de uma Didática da História: algumas ideias sobre a utilização de filmes no ensino”. **História**, São Paulo, SP, 22 (1), 2003.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, Papirus, 2012.

Carga Horária: 40 horas-aula	<u>Disciplina</u> Tópicos Especiais em História: o Ensino de História como campo de pesquisa
--	--

EMENTA

1. Ensino de História: um campo de reflexão e pesquisa
2. Polêmicas e disputas sobre o currículo de História
3. O quadripartismo histórico em questão
4. Práticas escolares e culturas escolares no ensino de História
5. História do Ensino de História no Brasil

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo, Cortez, 2011.

SILVA, Marcos Antônio & FONSECA, Selva Guimarães. **Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido**. São Paulo, Papirus, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVA, Marcos (org.). **História: que ensino é esse?**. Campinas, Papyrus, 2013.

SILVA, Marcos (org.). **Repensando a história**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo, Cortez, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo, Contexto, 2010.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado?** Sobre a história e os historiadores. São Paulo, Ática, 1995.

VIDAL, Diana Gonçalves; Faria Filho, Luciano Mendes; GONÇALVES, Irlen Antônio; PAULILO, André Luiz. "A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira". **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

12.3. Área de Concentração: Tópicos em Educação

<u>Disciplina</u>	Carga Horária: 20 horas-aula
Tópicos em Educação: Sujeito e Subjetividade: uma abordagem cultural-histórica sobre a relação professor (a)-aluno (a)	
EMENTA	
Fundamentos teóricos, metodológicos e epistemológicos da Teoria da Subjetividade numa perspectiva cultural-histórica; Escola, sujeito e subjetividade: aproximações teóricas como promotoras de mudanças paradigmáticas na escola contemporânea; Produção de conhecimento e subjetividade: o lugar do sujeito e a relação dialógica para o sucesso escolar.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
GONZÁLEZ REY, F. L. Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Thomson-Pioneira, 2003. SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010. TOURAINÉ, A. Crítica de la modernidad. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1994.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro- 7. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.	

MITJÁNS MARTÍNES, A. NEUBERN, M. MORI, V. D. (orgs). Subjetividade contemporânea: discussões epistemológicas e metodológicas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2014.

MITJÁNS MARTÍNEZ, A. SCOZ, B. J. L. CASTANHO, M. I. S. (orgs). Ensino e Aprendizagem: a subjetividade em foco. Brasília: Liber Livros, 2012.

Carga Horária: 20 horas-aula	<u>Disciplina</u> Tópicos em Educação: Pedagogia do diálogo: a perspectiva dialógica para atividades de ensino e de aprendizagem
--	--

EMENTA

O princípio ético da alteridade como constituição do humano;
Ética nas relações: o respeito como princípio pedagógico;
Relação dialógica no ensino: tempo de ouvir *versus* tempo de falar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUBER, M. Eu e Tu. Tradução: Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Centauro, 2001.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

LEVINAS, E. Humanismo do outro homem. 4. ed. São Paulo: Vozes, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMUS, A. O Mito de Sísifo. Lisboa: Livros do Brasil, 2016.

FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. Pedagogia do Oprimido. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

LEVINAS, E. Totalidade e Infinito. Lisboa: Edições 70, 2015.

MELO, N. V. de. A ética da alteridade em Emmanuel Levinas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

Carga Horária: 20 horas-aula	<u>Disciplina</u> Tópicos em Educação: Novas Tecnologias e Metodologias de ensino e de aprendizagem
--	---

EMENTA

1. Ensino baseado em Problemas e Ensino centrado no aluno;
2. Aprendizagem assistida por TIC's;
3. Estilos de Ensino e Aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Mällinen, S.; Prokki C. Eu não sou um professor, sou um educador. Tampere: Kirjapaino Hermes, 2016.
RAABE, A. L. A. Educação Criativa: Multiplicando Experiências de Aprendizagem. Pernambuco: Editora Pipa, 2016.
CHRISTIANSEN, E. T. et al. Problem-based Learning for the 21st Century: New Practices and Learning Environments. Aalborg University, 2013.
XAVIER, A.C. INOVAÇÕES NA DOCÊNCIA: tecnologias no ensino e na pesquisa acadêmica. PRODUÇÃO GRÁFICA, p. 11, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GROS, B. The design of smart educational environments. Smart Learning Environments, v. 3, n. 1, p. 15, 2016.
GOMES, A.S.; SILVA P. A. Design de experiências de Aprendizagem Criatividade e inovação para o planejamento das aulas. Pernambuco: Editora Pipa, 2016.
MEIRA, S. L. B.; ARENA, C.; BEZERRA, C. Formação de Professores e o uso de Novas Tecnologias na Sala de Aula: O Trabalho do Grupo de Educadores Google de Brasília. Physicae Organum: Revista dos Estudantes de Física da Universidade de Brasília, v. 2, n. 1, 2016.
RICE, M.; SHANNON, L. Y. Developing Project Based Learning, Integrated Courses from Two Different Colleges at an Institution of Higher Education: An Overview of the Processes, Challenges, and Lessons Learned. Information Systems Education Journal, v. 14, n. 3, p. 55, 2016.
IDEO.org. The Field Guide to Human-Centered Design A step-by-step guide that will get you solving problems like a designer.

Especialização em Ensino de Humanidades e Linguagens

Carga Horária:

20 horas-aula

Disciplina

Tópicos em Educação: Teorias da aprendizagem

EMENTA

Estudo das teorias da aprendizagem. Análise do processo Ensino-Aprendizagem, conceituação, possibilidades e entraves. Contribuições das diversas abordagens para a intervenção no espaço educativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AUSUBEL, D.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H.. Psicologia Educacional. 2. ed.. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.
HILGARD, E.R.. Teorias da Aprendizagem. São Paulo: EPU, 1975.
MOREIRA, M. A.. Teorias da Aprendizagem. São Paulo: EPU, 1999.

VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem. 10. ed.. São Paulo: Ícone, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MALUF, M. I. (coord.) et al. Aprendizagem: tramas do conhecimento, do saber e da subjetividade. Petrópolis: Vozes : São Paulo: ABPp – Associação Brasileira de Psicopedagogia, 2006.

MOREIRA, M. A.. Aprendizagem Significativa. Brasília: Editora UnB, 1999.

_____. Aprendizagem significativa crítica = Aprendizaje significativo crítico. Porto Alegre: 2005.

VIGOTSKI, L. S.. A Construção do Pensamento e da Linguagem. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

13. CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso é composto por professores atuantes nos colegiados do curso de Letras/Inglês e do Ensino Médio. As disciplinas a serem ministradas por cada um dos docentes estão listadas no “Anexo A” deste PPC.

Tabela 5 - Corpo Docente do Curso (2018)

TITULAÇÃO	ÁREA	DOCENTES
Doutorado	Letras	Clóvis Meireles Nóbrega Júnior
Doutorado	História	Rogério Lustosa Victor
Doutorado	Geografia	Gervásio Barbosa Soares Neto
Doutorado	História	Thiago de Faria e Silva
Doutorado	Letras	Isabella Santos Mundim
Doutorado	Letras	Karina Mendes Nunes Viana
Doutorado	Letras	Mara Lúcia Castilho
Doutorado	Filosofia	Tatiana de Macedo S. Rotolo

Doutorado	Letras	Karina Mendes Nunes Viana
Doutorado	Letras	Bruna Lourenção Zocaratto
Mestrado	Letras	Luciana Henrique Mariano da Silva
Mestrado	Letras	Marina Silveira de Melo
Mestrado	Educação	Ana Luiza de França Sá
Mestrado	Educação	Silvia Marcela de Oliveira Magalhães
Mestrado	Letras	Edson de Souza Cunha
Mestrado	Sociologia	Rafael Rodrigues Macedo
Mestrado	Letras	Rejane Maria de Araújo Vago
Doutorado	Educação	José Messias Eiterer Souza
Mestrado	Espanhol	Keni Carla da Silva Machado
Mestrado	Gestão	Cesar Eduardo Leite
Mestrado	Gastronomia e Turismo	Ana Paula Caetano Jacques
Mestrado	Geografia	Luan do Carmo da Silva
Mestrado	História	Júlio Mangini Fernandes
Doutorado	História	Josias Freire
Doutorado	Geografia	Edilene Americo Silva
Doutorado	Letras	Elaine Caldeira
Doutorado	Letras	Julie Kellen de Campos Borges
Mestrado	Turismo	Daniela Carvalho Bezerra Leite

Doutorado	Filosofia	Luiz Diogo de Vasconcelos Junior
Mestrado	Turismo	Wallace Bezerra Farias
Mestrado	Turismo	Jammilly Brandão

14. METODOLOGIA

O curso se realizará por meio de atividades diversificadas, tais como aulas dialógicas, seminários, estudos de caso, reuniões de orientação e pesquisas práticas. Todas as atividades desenvolvidas estarão preocupadas em construir espaços de troca de experiências. O curso também privilegiará as experiências docentes dos alunos, sempre articuladas às discussões teóricas desenvolvidas ao longo do curso.

15. INTERDISCIPLINARIDADE E ATIVIDADES INTEGRADORAS

O curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Ensino de Humanidades e Linguagens já apresenta no seu nome uma concepção interdisciplinar. O quadro de docentes do curso também respalda o caráter interdisciplinar do curso, sendo composto por mestres e doutores de diversas áreas do conhecimento. As ementas das disciplinas ofertadas apontam para um diálogo evidente entre as áreas de Filosofia, Geografia, História, Sociologia, Línguas Modernas e Literaturas e entre as relações destas áreas com a Pedagogia. A organização curricular do curso prevê a oferta de Disciplinas Transversais, Optativas e Seminários.

É nítido que as disciplinas de *Tópicos Especiais* serão espaços privilegiados para o encontro de diferentes áreas do conhecimento, uma vez que, estando o curso focado no que se relaciona ao homem e sua cultura, torna-se inviável uma separação estanque entre essas áreas, o que empobreceria as discussões. Tais delimitações entre as áreas do conhecimento podem se justificar em relação as áreas das ciências exatas, que tem objetos de estudo muito específicos, mas o mesmo não acontece ao se propor a reflexão sobre Humanidades e Linguagens.

Em tais disciplinas poderão ser apresentadas propostas que estejam mais focadas em uma área que em outras, porém sem perder contato com o viés amplo da

proposta do curso. Dessa maneira, os professores-pesquisadores poderão ter opções de oferta de disciplinas que podem dialogar mais especificamente com seus objetos de pesquisa.

Deste modo, os *Tópicos Especiais* são momentos privilegiados, nos quais os professores-pesquisadores compartilharão experiências de suas pesquisas, baseando-se numa proposta colaborativa, com participação de docentes do curso e de convidados. Estas atividades integradoras estão previstas para o todos os módulos. Além disso, será incentivada a participação em eventos científicos e nas apresentações de Monografia de Conclusão de Curso de colegas.

16. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares compreendem a participação, como ouvinte ou proponente de comunicação ou pôster, em simpósios, congressos, colóquios e outros eventos acadêmicos relacionados à área de Educação, Humanidades e Linguagens.

Essas atividades se constituem como experiências importantes de divulgação da pesquisa em curso e de compartilhamento de experiências de pesquisa. Elas deverão ser supervisionadas pelo orientador, sendo vistas como uma etapa importante para a construção da monografia final de curso.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Para admissão no curso, é necessário que o candidato seja portador de diploma de licenciatura ou pedagogia reconhecido pelo MEC, em qualquer área. Também se requer uma manifestação do interesse e do compromisso em participar do curso e submeter-se às normas e regulamentos do IFB.

A admissão será feita por edital público para Seleção de Candidatos a Discentes do Curso de Especialização em Ensino de Humanidades e Linguagens do IFB. O Edital de seleção discente poderá abranger os seguintes critérios de seleção: sorteio, prova escrita, entrevista e avaliação curricular. Caberá a comissão responsável pelo edital de seleção elencar dois ou mais critérios para a seleção. O edital contemplará a reserva de cotas previstas em lei e já praticadas pelo IFB nos processos seletivos dos demais cursos.

18. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E CONTROLE DE FREQUÊNCIA

A avaliação de aproveitamento nas disciplinas será realizada de forma continuada, conforme critérios estabelecidos nos respectivos planos de curso e de ensino e divulgados aos discentes no primeiro dia de aula da disciplina e compreenderá avaliação de rendimento e apuração de assiduidade. O aproveitamento em cada disciplina será realizado a partir de uma ou mais avaliações, sob as formas de provas presenciais, trabalhos e seminários, dentre outras, a critério do professor da disciplina, definidas na metodologia do plano de ensino. O resultado de cada avaliação, no decorrer da disciplina, deverá ser apresentado ao discente no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, a contar da data de sua aplicação. O resultado do aproveitamento do discente em cada disciplina será expresso através de nota final, na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), em intervalos de cinco décimos. Será atribuída nota final 0,0 (zero) ao discente que não se submeter às verificações previstas para a avaliação. Estará aprovado na disciplina o discente que alcançar, na verificação do aproveitamento, a média final igual ou superior a 6,0 (seis), desde que cumprida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina. A frequência do discente será comprovada através dos registros efetuados pelo professor responsável, no diário de classe.

O curso segue a grade curricular prevista na **Tabela 4** e a evolução do aluno no curso segue o disposto na Resolução 12-2013/CS. A reprovação em uma disciplina do bloco não o impede de seguir para o próximo bloco. Em caso de reprovação, a Coordenação de Curso aplicará o que está disposto no Art. 23 da Resolução 12/2013:

§ 2o O discente reprovado em até 3 (três) componentes curriculares deverá esperar a abertura de uma nova turma para poder cursá-las ou poderá cursá-las em outro curso de especialização do IFB em área afim, desde que autorizado pelo Coordenador do Curso e aprovado pela Coordenação de Pós-Graduação, respeitadas as equivalências de carga horária e conteúdo.

§ 3o O discente reprovado em mais de 3 (três) componentes curriculares será desligado do curso.

§ 4o Nos casos em que não houver a abertura de novas turmas, o discente reprovado poderá solicitar uma nova avaliação de conhecimento, uma única vez.

§ 5o O discente que reprovar mais de uma vez na mesma componente curricular ou no TCC será desligado do curso.

19. INFRAESTRUTURA DO CURSO

19.1 Instalações e Equipamentos

A partir de 2015, com a entrega das novas instalações, o *Campus Riacho Fundo* passou a oferecer salas de aulas mais adequadas ao desenvolvimento dos trabalhos formativos, além dos laboratórios de línguas, informática, de cozinha, de hospedagem e multidisciplinar (Química, Física, Biologia e Matemática), ginásio esportivo, auditório, biblioteca e salas de atendimento ao aluno, como sistematizado resumidamente na tabela a seguir.

Tabela 6 – Instalações e Equipamentos do *Campus Riacho Fundo*

Área do terreno original (m ²)		Área total construída (m ²)	
60.000,00		7.014,00	
Capacidade atendimento por turno	Área total (m ²)	Quantidade	Especificações das instalações
47	185,67	9	Instalações administrativas
390	109,27	13	Sala de aula
30	88,75	5	Sala de coordenação
24	35,51	1	Sala de docentes
120	17,26	1	Espaço de convivência
45	155,63	1	Biblioteca
180	217,97	1	Auditório
-	103,83	18	Banheiros coletivos – incluindo os adaptados
204	266,71	9	Laboratórios
16	60,63	1	Sala de reuniões
-	16,93	1	Almoxarifado de informática
-	18,26	1	Adega/Depósito de bar e restaurante
24	57,41	1	Sala de pré-preparo
-	23,01	6	Depósitos de insumos
8	128,55	1	Hall de demonstrações
72	244,27	1	Refeitório/Convivência
2	17,15	1	Cantina

6	43,89	1	Cozinha do restaurante
1	10,57	1	Lavatório
-	24,17	2	Dispensas
-	16,4	1	Almoxarifado (Expediente)
-	16,4	1	Depósito
-	80,59	1	Sala multiuso
-	640	1	Quadra poliesportiva

Quantidade	Veículos
1	Ônibus
1	Micro-ônibus
1	Van
1	Camionete
1	Automóvel

19.2 Biblioteca e acervo Bibliográfico

A Biblioteca do Instituto Federal de Brasília – *Campus Riacho Fundo*, estruturalmente, está subordinada à Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão. Busca oferecer apoio às práticas pedagógicas do *Campus*, seja em nível de ensino, de pesquisa ou de extensão. Além disso, tem como função primordial a formação intelectual e crítica dos discentes, oferecendo capacidade de busca ao conhecimento, através de pesquisa em fontes de informações diversas. No

Campus Riacho Fundo, a biblioteca ocupa o espaço definitivo que totaliza um ambiente 187m², distribuídos no térreo (112 m²) e mezanino (75 m²).

Segue padrões internacionais de catalogação e classificação, por meio da utilização do Código Anglo-Americano de Catalogação (AACR2) e da Classificação Decimal Universal (CDU). O acervo está dividido em duas categorias: geral e de referência. O acervo geral é composto por livros, manuais, códigos, entre outros; o de referência, por dicionários, enciclopédias e periódicos.

As áreas do conhecimento mais contempladas no acervo referem-se aos cursos oferecidos no *Campus*: Gastronomia, Hotelaria, Linguística e Educação. Em termos numéricos, o acervo conta com mais de 1.700 (mil e setecentos) exemplares.

Rede de Bibliotecas do IFB: A Biblioteca do IFB *Campus* Riacho Fundo participa do Sistema de Bibliotecas do IFB (SIBIFB). Isso garante a utilização do mesmo sistema de automação em todas as unidades, catálogo online de todas as bibliotecas que compõem a rede, possibilidade de empréstimo, por parte do discente, em outras bibliotecas do IFB, catalogação cooperativa, entre outros benefícios.

O horário de funcionamento é de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 21:00, ininterruptamente. Há no quadro de pessoal da biblioteca 2 (duas) bibliotecárias, sendo uma delas a coordenadora e 2 (dois) auxiliares de biblioteca.

Empréstimo domiciliar para alunos e servidores; empréstimo domiciliar de até 5 (cinco) itens, dependendo da modalidade de curso em que o aluno está inserido, pelo prazo de 15 (quinze) dias; espaço para estudo e leitura; terminais de consulta ao acervo, à Internet e acesso a base de dados de Periódicos Capes. Livre acesso às estantes de livros; catálogo online do acervo de todas as

bibliotecas do IFB; treinamentos periódicos para uso de fontes de informação impressas e digitais, ABNT, entre outros; promoção de atividades culturais.

Tabela 7 – Números do acervo da biblioteca do *Campus Riacho Fundo*

Acervo em Números (25/04/2016)
Títulos = 1.391
Exemplares = 3.063

A Biblioteca do IFB *Campus Riacho Fundo* concluiu a sua estruturação física tendo como metas a ampliação do seu acervo, com vistas a atender de maneira efetiva seu público interno entre alunos de todas as modalidades de ensino dos cursos oferecidos no *Campus Riacho Fundo*. Busca também atender ao público externo, tornando-se referência de biblioteca dentro da instituição e fora dela.

19.3 Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE)

O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) é o setor que atua dentro da instituição articulando processos e pessoas para a implantação/implementação da Ação Tec Nep - Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas.

Esse trabalho é feito em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino. Classificam-se, como tendo necessidades específicas, os estudantes

que tenham deficiência, sejam superdotados, tenham altas habilidades ou transtornos globais do desenvolvimento.

O principal objetivo do NAPNE é criar, na instituição, a cultura da "educação para a convivência" e a aceitação da diversidade.

O NAPNE do *Campus* Riacho Fundo ainda não conta com sala própria, dividindo seu espaço para atendimento com a Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social (CDAE). O acervo do núcleo inclui livros e DVDs e materiais para deficientes visuais, tais como regletes, lupa, notebook, perclis, máquina fusora, software *fine reader*, scanner com voz e impressora Braille.

Em termos de acessibilidade, o *Campus* faz acompanhamento periódico dos estudantes, instrui e sensibiliza os docentes e a comunidade interna com palestras sobre as necessárias de adaptações para o atendimento desses discentes. Ademais, o *Campus* possui piso tátil em toda a sua extensão, desde a entrada do prédio e permeando todos os corredores de acesso aos demais setores do *Campus*. Cumpre apontar, ainda, a presença de rampas de acesso e de um elevador na biblioteca, além da existência de sinalização em Braille.

20. MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO

A pesquisa é uma atividade essencial na formação profissional do professor. Essa concepção sinaliza para os processos formativos a serem materializados no âmbito do Curso de Especialização em Ensino de Humanidades e Linguagens, proporcionando o desenvolvimento de atitudes e habilidades investigativas nos professores, necessárias ao processo de produção do conhecimento. Nessa perspectiva, a organização curricular do curso contempla a atividade de pesquisa como recurso metodológico que perpassa os diversos componentes curriculares. Essa caminhada culmina com o Monografia de Conclusão de Curso (MCC), momento em que o especialista

em humanidades e linguagens desenvolverá um estudo monográfico, considerando-se as questões trabalhadas ao longo do processo de formação, sobretudo, as questões relacionadas ao ensino, à prática pedagógica e ao conhecimento na área de humanidades e linguagens.

A monografia poderá expressar as atividades executadas nas práticas pedagógicas que enfatizam a reflexão das situações-problema enfrentadas no cotidiano das escolas e das salas de aula, bem como o estudo do ser humano, interesse investigativo da Ciências Humanas na perspectiva de produção do conhecimento para o ensino de humanidades. Nos dois casos, a construção da monografia dar-se-á segundo abordagem teórico-metodológica das ciências humanas. Os estudantes devem ser orientados na construção de sua pesquisa, inseridos em uma dimensão de ensino que considera a tríade ensino – pesquisa – extensão como fundamentais para o exercício da docência.

Assim sendo, a elaboração do trabalho final deve ser visualizada integradamente como uma etapa imprescindível à formação acadêmica do estudante, de acordo com as perspectivas e objetivos dos Cursos Superiores do IFB. Neste sentido, a monografia constitui-se numa atividade acadêmica de Pesquisa que representa uma sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo relacionado ao perfil de formação do curso, desenvolvido por meio de orientação, acompanhamento e avaliação docente.

A monografia compreende o desenvolvimento da capacidade de articulação entre teoria e prática na área de conhecimento das ciências humanas, aliada à capacidade de desenvolver as atividades constitutivas do planejamento e execução de uma pesquisa.

A monografia é condição para o estudante concluir Curso de Especialização em Ensino de Humanidades e Linguagens. Para tanto, o estudante elaborará um trabalho final, na forma de monografia de natureza científica, abordando questões que contemplem o conteúdo específico e/ou

pedagógico, sendo produzido individualmente no 3º semestre, com o subsídio das discussões desenvolvidas nas disciplinas de Seminários de Pesquisa I e II.

As horas práticas serão destinadas para o desenvolvimento da pesquisa empírica relacionada ao objeto de estudo do aluno, seja ela destinada à observação de atividades pedagógicas em espaços escolares ou relacionada a qualquer outra atividade subsidiária ao trabalho de pesquisa, tais como consulta a acervos (físicos ou digitais), entrevistas, entre outras possibilidades. O reconhecimento dessas atividades será feito pelo professor responsável pela disciplina Seminários de Pesquisa II, porém seus resultados devem estar contemplados no trabalho monográfico final.

A avaliação da monografia pressupõe um processo sistemático de acompanhamento da produção do estudante, constituído pelas seguintes atividades: plano de orientação com cronograma de execução, encontros de orientação, elaboração do texto da monografia e apresentação oral do trabalho.

No tocante a avaliação da monografia, serão considerados os seguintes critérios:

- a) Relevância do tema para área de estudo;
- b) Clareza e objetividade;
- c) Coerência;
- d) Desenvolvimento;
- e) Originalidade;
- f) Conteúdo científico;
- g) Referências;
- h) Conclusões;
- i) Normatização.

O trabalho final será orientado por um professor que deverá ser, obrigatoriamente, docente do IFB ou devidamente cadastrado no curso, com titulação mínima de mestre, podendo contar com a colaboração de outro profissional de área afim, podendo esse docente ser do IFB ou de Instituição externa, o qual atuará na condição de coorientador, sem ônus para a Instituição.

A monografia será apresentada a uma banca examinadora composta pelo professor orientador mais dois componentes, devendo um dos membros ser convidado externo de reconhecida experiência acadêmico-científica na área de desenvolvimento do objeto de estudo. Para ser componente da banca como membro interno e externo, o examinador terá que ter a titulação mínima de mestre, com competência para avaliação do trabalho em seus aspectos científicos.

A banca avaliará a apresentação oral do trabalho, considerando os critérios estabelecidos no regulamento pertinente, a saber:

- a) Postura acadêmica do estudante;
- b) Uso adequado do tempo;
- c) Uso adequado dos recursos audiovisuais;
- d) Domínio do assunto;
- e) Clareza na comunicação;
- f) Exposição das ideias;
- g) Articulação entre a apresentação oral e o trabalho escrito.

A nota final da monografia deverá ser a média aritmética das notas atribuídas ao estudante pelos membros da Banca Examinadora, observando uma escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). O estudante estará aprovado no

componente curricular Monografia, se obtiver nota mínima igual a 6,0 (seis), sendo essa aferida pela Banca Examinadora.

O trabalho deverá ser escrito de acordo com as normas da ABNT, seguindo as demais normalizações e regulamentações internas, que devem seguir as orientações da Organização Acadêmica do IFB vigente. Após a avaliação, correções e proposições da banca examinadora, quando for o caso, o trabalho fará parte do acervo bibliográfico da Instituição.

21. CERTIFICAÇÃO DO CURSO

O IFB expedirá, por meio da Coordenação de Registro Acadêmico do *Campus Riacho Fundo*, os seguintes certificados:

1. Certificado de Conclusão de Curso de Especialização, para o discente que tenha sido aprovado em todas as disciplinas do curso e na monografia de conclusão de curso;
2. Certificado de Conclusão de curso de Aperfeiçoamento, para o discente que tenha sido aprovado em todas as disciplinas do curso, mas que não tenha entregue e/ou apresentado a Monografia de Conclusão de Curso (MCC);
3. Certificado de Atualização, para o discente que não tenha sido aprovado em todas as disciplinas do curso;

A expedição dos certificados estará condicionada ao que está disposto no Art. 39 da Resolução 12-2013/CS:

§ 1º Cada discente poderá receber certificado de um único tipo, dentre os previstos nos incisos deste artigo;

§ 2º Os Certificados de Atualização serão expedidos por disciplina, a partir de requerimento do interessado;

§ 3o Depois de registrados pelo órgão competente em livro próprio, os certificados de que trata este artigo serão assinados pelo titular e pelo Diretor do *Campus*;

§ 4o A entrega dos certificados ao discente estará condicionada ao depósito das cópias de que trata o artigo 38 no caso de certificado de conclusão de curso de especialização, e à apresentação de nada consta do sistema da biblioteca do IFB, em todos os casos.

§ 5o Os certificados obedecerão as normas gerais estabelecidas pelo IFB no que se refere à forma, conteúdo e registro.

22. INDICADORES DE DESEMPENHO

São previstos como indicadores de desempenho:

- Participações discentes e docentes em eventos da área na qualidade de autores e/ou palestrantes;
- Participações discentes e docentes como congressistas em eventos da área;
- Taxa de publicação em parceria discente/docente em periódicos da área, conforme classificação Qualis/CAPES;
- Razão de evasão;
- Razão de egressos total e por destinação de vaga;
- Taxa de reprovação em componentes curriculares;
- Avaliação qualitativa periódica dos docentes e discentes quanto ao andamento do curso e sua aderência aos objetivos propostos; e
- Avaliação qualitativa periódica dos docentes e discentes quanto ao apoio em infraestrutura e serviços administrativos do *Campus* Riacho Fundo do IFB.

23. RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

Caberá à Coordenação do Curso realizar semestralmente um relatório circunstanciado acerca do andamento do curso.

24. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CURSO

A execução do curso está prevista para agosto de 2018.

O curso está previsto para ser executado em três semestres, podendo o discente solicitar a prorrogação, respeitando o prazo máximo de integralização (6 semestres).

Além disso, o curso compõe-se de disciplinas obrigatórias e optativas, dispostas na grade curricular e com previsão de execução em três semestres, divididos em 5 blocos de disciplinas, mais o 6º bloco destinado à defesa da monografia.

25. BIBLIOGRAFIA

BRASIL (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). **Segunda versão preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2016.

CEBALLOS, Viviane Gomes de. **“E a história se fez cidade...”**: a construção histórica e historiográfica de Brasília. Campinas, Unicamp, 2005.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

COSTA, Cléria Botelho da. **Brasília**: amor à cidade e cidadania. X Encontro Nacional de História Oral. UFPE, Recife, 2010.

COSTA, Graciete Guerra da. **As Regiões Administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011**. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UnB), 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, 2002.

OBSERVATÓRIO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE). <http://www.observatoriodopne.org.br>. Acesso em: 10/10/2016.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**: teoria da história, fundamentos da ciência histórica. Brasília, Ed. UnB, 2010.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; REZENDE, Estevão. **Jorn Rusen e o ensino de História**. Curitiba, Ed. UFPR, 2011.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL (MEC). **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, Secretaria de Educação Fundamental (MEC/SEF), 1998.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL (MEC). **PCN+**: Orientações Educacionais Complementares aos PCNs – Ciências Humanas e Suas Tecnologias. Brasília, MEC, 2002.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL (MEC). **PCN+**: Orientações Educacionais Complementares aos PCNs – Ciências Humanas e Suas Tecnologias. Brasília, MEC, 2002.

THIESEN, Juares da Silva. “A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem”. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 545-554, set./dez. 2008.

26. ANEXOS

Anexo A - Relação de professores e suas disciplinas	
Metodologia Científica	Bruna Lourenção Zocaratto Edson de Souza Cunha Karina Mendes Nunes Viana Keni Carla da Silva Machado Luiz Diogo de Vasconcelos Junior Mara Lúcia Castilho Rafael Rodrigues Macedo Tatiana de Macedo S. Rotolo
Tópicos em Educação I e II	Ana Luiza de França Sá Bruna Lourenção Zocaratto Fábio Ferraz Fernandez José Messias Eiterer Souza Karina Mendes Nunes Viana Keni Carla da Silva Machado Luciana Henrique Mariano da Silva Mara Lúcia Castilho Sílvia Marcela de Oliveira Magalhães
Epistemologia das Ciências Humanas	Bruna Lourenção Zocaratto Jammilly Brandão Josias Freire Luciana Henrique Mariano da Silva Luiz Diogo de Vasconcelos Junior Rafael Rodrigues Macedo Rogério Lustosa Victor Tatiana de Macedo S. Rotolo Wallace Bezerra Farias
Estudos Culturais e(m) Educação	Isabella Santos Mundim Luiz Diogo de Vasconcelos Junior Thiago de Faria e Silva
Cinema e Narrativas em Humanidades e Linguagens	Clóvis Meireles Nóbrega Júnior Isabella Santos Mundim Thiago de Faria e Silva
Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras	Edilene Americo Silva Isabella Santos Mundim Thiago de Faria e Silva

Cultura, Poder & Identidades	Daniela Carvalho Bezerra Leite Elaine Caldeira Isabella Santos Mundim Júlio Mangini Fernandes Luiz Diogo de Vasconcelos Junior Rafael Rodrigues Macedo Rogério Lustosa Victor Thiago de Faria e Silva Tatiana de Macedo S. Rotolo
Educação e Políticas Públicas	Arthur José Medeiros de Almeida Cesar Eduardo Leite Edilene Americo Silva Silvia Marcela de Oliveira Magalhães Thiago de Faria e Silva
Linguagem e Sociedade	Clóvis Meireles Nóbrega Júnior Edson de Souza Cunha Elaine Caldeira Julie Kellen de Campos Borges Luciana Henrique Mariano da Silva Rafael Rodrigues Macedo
Seminários de Pesquisa I e II	Gervásio Barbosa Soares Neto Isabella Santos Mundim Rafael Rodrigues Macedo Tatiana de Macedo S. Rotolo Thiago de Faria e Silva
Tópicos Especiais I e II	Ana Paula Caetano Jacques Clóvis Meireles Nóbrega Júnior Edilene Americo Silva Edson de Souza Cunha Gervásio Barbosa Soares Neto Isabella Santos Mundim Josias Freire Julie Kellen de Campos Borges Júlio Mangini Fernandes Karina Mendes Nunes Viana Luan do Carmo da Silva Luciana Henrique Mariano da Silva Mara Lúcia Castilho Marina Silveira de Melo Rafael Rodrigues Macedo Rejane Maria de Araújo Vago Rogério Lustosa Victor Tatiana de Macedo S. Rotolo Thiago de Faria e Silva

Anexo B – Termo de Compromisso e Responsabilidade Docente

TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE DO DOCENTE

Pelo presente Termo de Compromisso e Responsabilidade, eu _____, SIAPE _____

servidor do(a) _____, ocupante do cargo de professor EBTT, me comprometo em ministrar a(s) disciplina(s) _____, do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ensino de Humanidades e Linguagens a ser ofertado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, *Campus Riacho Fundo*, além de atuar como orientador(a) de Monografia de Conclusão de Curso.

Informo estar ciente que faço parte do Colegiado do Curso, que deverei participar das reuniões e acompanhar todas as recomendações dadas pelo mesmo, para o desenvolvimento adequado do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ensino de Humanidades e Linguagens.

Registro ainda, estar ciente de minhas obrigações enquanto docente e me comprometo a observar as disposições do Projeto Pedagógico do Curso, em especial os prazos de controle de frequência e entrega de notas.

Brasília, _____ de _____ de 2018.

(Assinatura)